



ESTADO DE SERGIPE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOSSA SENHORA DE LOURDES

RELATÓRIO DE GESTÃO
- Exercício de 2017 -

Em cumprimento às exigências legais, juntamos a Prestação de Contas do **exercício de 2017**, o presente Relatório de Gestão, onde procuramos demonstrar alguns indicadores que contribuirão para a avaliação da gestão deste órgão, sob o ponto de vista da legalidade, eficiência, eficácia, economicidade e efetividade na utilização dos recursos públicos.

Constam ainda no presente relatório, de forma resumida, todas as informações relacionadas à movimentação orçamentária, financeira e patrimonial da entidade. Todos os registros contábeis obedeceram rigorosamente à legislação em vigor, em especial a Lei Federal nº 4.320/64 e a Lei Complementar Federal nº 101/00.

I – DA DOCUMENTAÇÃO:

Integra a presente Prestação de Contas todos os documentos exigidos através da Resolução TC nº 222/02. Todas as peças foram arrumadas e encadernadas na ordem seqüencial estabelecida na referida Resolução.

II – DO PLANEJAMENTO:

No setor público, planejamento é o estudo e o estabelecimento das diretrizes e metas que deverão orientar a ação governamental. Planejamento é o processo de definição de um cenário futuro desejado e dos meios eficazes para alcançá-lo. No atual sistema orçamentário nacional, estabelecido pela Constituição Federal, três são os instrumentos utilizados para a operacionalização do processo de planejamento nos entes federados: o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual.

A legislação orçamentária do Município de NOSSA SENHORA DE LOURDES/SE, vigente durante o exercício de 2017 é a seguinte:

Plano Plurianual 2013-2017	Lei N.º 94 de 21/10/2013
Lei de Diretrizes Orçamentárias	Lei N.º 117 de 12/08/2016
Lei Orçamentária	Lei N.º 119 de 26/12/2016

Na Lei Orçamentária do exercício de 2017, a receita e a despesa foram estimadas e fixadas, respectivamente, da seguinte forma:

RECEITA	
Receita Corrente	—
Receita de Capital	—
TOTAL	—

Silvia



ESTADO DE SERGIPE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOSSA SENHORA DE LOURDES

DESPESA	
Despesa Corrente	3.829.000,00
Despesa de Capital	79.000,00
TOTAL	3.908.000,00

A Lei Orçamentária do Município, elaborada em conformidade com as metas previstas no Plano Plurianual e na Lei de Diretrizes Orçamentárias, contempla as seguintes ações:

DESCRIÇÃO	TIPO
PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA - PSE	ATIVIDADE
MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	ATIVIDADE
MANUTENÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE	ATIVIDADE
PAB FIXO	ATIVIDADE
SAÚDE DA FAMÍLIA - SF	ATIVIDADE
SAÚDE BUCAL - SB	ATIVIDADE
PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA FARMACEUTICA BÁSICA	ATIVIDADE
AGENTE COMUNITÁRIOS DE SAÚDE	ATIVIDADE
PISO FIXO DE VIGILÂNCIA E PROMOÇÃO DA SAÚDE - PFVPS	ATIVIDADE
OUTROS PROGRAMAS E/OU CONVÊNIOS DOS GOVERNOS ESTADUAL E FEDERAL	ATIVIDADE
CONCURSO PUBLICO	ATIVIDADE
CONVÊNIOS COM OUTRAS ENTIDADES	ATIVIDADE
CONSTRUÇÃO, RESTAURAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE UNIDADES DE SAÚDE	PROJETO
AQUISIÇÃO E DESAPROPRIAÇÃO DE TERRENOS	PROJETO
CONSTRUÇÃO, RESTAURAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE REDES DE SANEAMENTO	PROJETO
CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DE PRÉDIOS MUNICIPAIS	PROJETO

III - DAS ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

A despesa inicialmente fixada na Lei Orçamentária sofreu algumas alterações no decorrer do exercício, ocasionada pela abertura de Créditos Adicionais, conforme demonstramos a seguir:

Despesa fixada inicial	3.908.000,00
Créditos suplementares abertos (+)	1.466.200,00
Créditos especiais abertos (+)	-
Redução de dotações (-)	1.466.200,00
Despesa autorizada final	3.908.000,00

Para cobertura dos Créditos Adicionais abertos, foram utilizados os recursos previstos no art. 43, § 1º, da Lei Federal nº 4.320/64.

Deleu

ESTADO DE SERGIPE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOSSA SENHORA DE LOURDES

IV – DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA:

a) RECEITA

A receita orçamentária arrecadada no exercício importou em **R\$ 1.750.638,90 (Um milhão setecentos e cinquenta mil seiscientos e trinta e oito reais e noventa centavos)**.

Receita	Previsão	Arrecadação	Saldo
Receitas Correntes	—	R\$ 1.750.638,90	R\$ 1.750.638,90
Receitas de Capital	—	—	—
TOTAL	—	R\$ 1.750.638,90	R\$ 1.750.638,90

Do total arrecadado merecem especial atenção os recursos transferidos da União e do Estado para o FMS.

Os demonstrativos constantes desta Prestação de Contas evidenciarão de forma analítica, o comportamento de todas as fontes de arrecadação durante o exercício.

b) DA DESPESA

Dos créditos autorizados para o exercício de 2017, realizou-se uma despesa no valor de **R\$ 3.544.061,89 (Três milhões quinhentos e quarenta e quatro mil, sessenta e um reais e oitenta e nove centavos)** contra uma autorização de **R\$ 3.908.000,00 (Três milhões, novecentos e oito mil reais)**, conforme demonstrado a seguir:

Categoria Econômica	Autorizado	Empenhado	Saldo
Despesas Correntes	3.829.000,00	3.337.743,59	265.556,41
Despesas de Capital	79.000,00	206.318,30	98.381,70
TOTAL	3.908.000,00	3.544.061,89	363.938,11

Os demonstrativos anexos à Prestação de Contas demonstrarão de forma detalhada toda a movimentação da despesa orçamentária no exercício.

c) BALANÇO FINANCEIRO

O Balanço Financeiro, apresentado na forma estabelecida no art. 103, da Lei Federal nº 4.320/64, tem a seguinte composição:

Receita Orçamentária	1.705.638,90	Despesa Orçamentária	3.544.061,89
Transferências Financeiras Recebidas	1.924.404,70	Transferências Financeiras Concedidas	0,00
Receita Extraorçamentária	629.780,59	Despesa Extraorçamentária	313.097,38
Saldo do exercício anterior	441.284,29	Saldo p/ o exercício seguinte	830.696,18
Outras Operações financeiras	8.636,18	Outras Operações financeiras	21.889,21
TOTAL	4.709.744,66	TOTAL	4.709.744,66

ESTADO DE SERGIPE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOSSA SENHORA DE LOURDES

V – DAS LICITAÇÕES:

Foram realizadas no exercício de 2017, 16 (dezesesseis) processos licitatórios conforme segue:

Modalidade	Nº	Vencedor (es)	Objeto
DISPENSA	02	ZEILMA BATISTA SANTOS MOURA	Locação de 01 (um) imóvel, localizado no Povoado Carro Quebrado, Zona Rural, neste Município de Nossa Senhora de Lourdes/SE, para funcionamento temporário do Posto de Atendimento em Saúde dessa localidade.
DISPENSA	03	ROSILENE RODRIGUES DOS SANTOS	Locação de 01 (um) imóvel, localizado no Povoado Lagoas, Zona Rural, neste Município de Nossa Senhora de Lourdes/SE, para funcionamento temporário do Posto de Atendimento em Saúde dessa localidade.
DISPENSA	04	ENEDINA NOGUEIRA SANTOS BARROS	Locação de 01 (um) imóvel, localizado no Povoado Areias, Zona Rural, neste Município de Nossa Senhora de Lourdes/SE, para funcionamento temporário do Posto de Atendimento em Saúde dessa localidade.
PREGÃO	01	ABM HOSPITALAR LTDA - EPP LUIZ FERREIRA LEITE NETO - ME SANFARMA COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA YVMED PRODUTOS FARMACÊUTICOS E HOSPITALARES EIRELI - ME CENTER MED COMERCIAL LTDA	Aquisição parcelada de Medicamentos e Materiais de Consumo Hospitalar, Laboratorial e Odontológico, em atendimento ao Fundo Municipal de Saúde do Município de Nossa Senhora de Lourdes/SE.
PREGÃO	02	SAMAM VEÍCULOS LTDA	Aquisição de veículo (tipo pick-up, cabine dupla, 4x4), em atendimento ao Fundo Municipal de Saúde do Município de Nossa Senhora de Lourdes/SE.
PREGÃO	03	ALVES & SOARES COMERCIAL DE MÓVEIS EIRELI - ME TOLY COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA - ME	Aquisição parcelada de Materiais Permanente e Equipamentos de Informática e Equipamentos Hospitalar, em atendimento ao Fundo Municipal de Saúde do Município de Nossa Senhora de Lourdes/SE.
PREGÃO	04	SAMAM VEÍCULOS LTDA	Aquisição de veículos, em atendimento ao Fundo Municipal de Saúde do Município de Nossa



ESTADO DE SERGIPE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOSSA SENHORA DE LOURDES

			Senhora de Lourdes/SE.
PREGÃO	05	LUSMED COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS HOSPITALAR	Aquisição de Materiais Permanentes e Equipamentos Hospitalar e Equipamento de Informática em complemento as necessidades do Fundo Municipal de Saúde do Município de Nossa Senhora de Lourdes/SE.
PREGÃO	08/2016	POSTO SÃO CAETANO LTDA	Fornecimento de combustível com entrega parcelada para atendimento das necessidades de abastecimento dos veículos do Fundo Municipal de Saúde de Nossa Senhora de Lourdes/SE.
PREGÃO	09/2016	JOSÉ IVAN ARAGÃO RESENDE - ME	Contratação de empresa em Prestação de Serviços de Comunicação Multimídia para Acesso à Internet, banda larga, referente à 20Mbps downloads e 20Mbps de Uploads, com disponibilização e manutenção dos equipamentos (termo de comodato) necessários para realização dos serviços.
INEXIGIBILIDADE	01	ATEC ASSISTENCIA TECNICA CONTABIL LTDA	Prestação de Serviços de Assessoria e Consultoria Técnica Contábeis Especializada em Contabilidade Pública.
INEXIGIBILIDADE	02	3TECNOS TECNOLOGIA LTDA	Contratação de empresa especializada em implantação, manutenção, treinamento e suporte técnico ao licenciamento de uso de software, durante o período de 11 (onze) meses.
ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO CONTRATO DE DESPESA	06	Ympactus Locações de Veículos LTDA-ME	Contratação de empresa nos serviços de locação de Veículos, para a Secretaria Municipal de Saúde do Município de Nossa Senhora de Lourdes/SE
ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO CONTRATO DE DESPESA	07	MG LOCAÇÃO DE VEÍCULOS LTDA	Contratação de empresa nos serviços de Locação de Veículos, para a Secretaria Municipal de Saúde do Município de Nossa Senhora de Lourdes.
CONTRATO DE DESPESA	04	CARVALHO E SANTOS ARAUJO E CIA LTDA	Prestação de Serviços de manutenção em equipamentos médico odontológico e laboratorial, num total de 02 dias por semana ou conforme as necessidades eventuais do serviço.
CONTRATO DE DESPESA	20	REMOLIX – REMOVEDORA DE LIXO EIRELI - EPP	Coleta e transporte dos resíduos de serviços de saúde (Grupo A1, A4/E), encaminhamento para

Deleu



ESTADO DE SERGIPE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOSSA SENHORA DE LOURDES

			tratamento (autoclavagem) e destinação final dos resíduos tratados em aterro sanitário licenciado, de acordo com as especificações constantes da proposta da Contratada.
--	--	--	--

VII - DA GESTÃO PATRIMONIAL

O Balanço Patrimonial, levantado em estrita observância às normas estabelecidas na Lei Federal n.º 4.320/64, apresentou um saldo patrimonial positivo, na ordem de **R\$ 1.953.627,10 (Hum milhão, novecentos e cinquenta e três mil, seiscentos e vinte e sete reais e dez centavos)**. De forma resumida, a posição do patrimônio público municipal em 29/12/2017 era a seguinte:

Ativo Financeiro	830.696,18	Passivo Financeiro	871.473,61
Ativo Permanente	1.994.404,53	Passivo Permanente	0,00
Saldo Patrimonial	0,00	Saldo Patrimonial	1.953.627,10
TOTAL	2.825.100,71	TOTAL	2.825.100,71

O resultado econômico do exercício foi positivo na ordem de **R\$ 608.053,58 (Seiscentos e oito mil, cinquenta e três reais e cinquenta e oito centavos)** decorrente da diferença entre as variações ativas e as variações passivas, apuradas conforme o Anexo 15 da Lei Federal n.º 4.320/64, peça integrante desta Prestação de Contas. Resumidamente, o resultado econômico do exercício está demonstrado a seguir:

Variações Ativas	3.630.043,60	Variações Passivas	3.021.990,02
Déficit Verificado	0,00	Superávit Verificado	608.053,58
TOTAL	1.074.105,77	TOTAL	1.074.105,77

VIII - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através deste Relatório de Gestão procuramos enfocar, de forma resumida, os principais aspectos decorrentes da execução orçamentária, financeira e patrimonial do exercício de 2017. Com uma análise dos anexos integrantes desta Prestação de Contas, é possível obter uma visão mais detalhada sobre toda a movimentação dos bens e recursos públicos ocorrida no período.

Nossa Senhora de Lourdes/SE, 29 de dezembro de 2017.

Luizineide R. da Silva
LUZINEIDE RODRIGUES DA SILVA
Secretária Municipal de Saúde

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

RELATÓRIO DE GESTÃO 2017

NOSSA SENHORA DE LOURDES

RAG2017

LUZINEIDE REODRIGUES DA SILVA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Luiz



ESTADO DE SERGIPE

MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DE LOURDES

FÁBIO SILVA ANDRADE

PREFEITO MUNICIPAL

LUZINEIDE RODRIGUES DA SILVA

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE



SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE
LUZINEIDE RODRIGUES DA SILVA
PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE
GERINALDO FERREIRA DA SILVA

COORDENAÇÃO E ELABORAÇÃO
MARIA OLINDINA VIEIRA DE MATOS
RONALDO SANTOS SILVA

APOIO E COLETA DE DADOS

ANDRE LUIS DA SILVA
ANDRÉA DO NASCIMENTO SAITO
BIANCA CRUZ SOUZA
ELIZABETE SOUZA MORAIS

DIRETORIAS:

Fundo Municipal de Saúde
Gestão e Administração
Programa de Saúde da Família
Promoção e Prevenção em Saúde
Vigilância Sanitária
Conselho Municipal de Saúde

Delia



SIGLAS

- SISPRENATAL- Sistema de Acompanhamento de Pré-Natal e Nascimento
- HIPERDIA – Sistema de Cadastro de Hipertensos e Diabéticos
- SIA – Sistema de Informação Ambulatorial
- FPO – Programa Físico –orçamentário
- CNES – Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde
- BPA – Boletim de Produção Ambulatorial
- SIAB – Sistema de Informação da Atenção Básica
- PNI-API – Programa Nacional de Imunização
- E_SUS-AB
- SISPNCD- Sistema do programa da Dengue;
- LIA- Levantamento de índice de infestação;
- SIM- Sistema de informação sobre mortalidade;
- SISLOC- Sistema referencial geográfico;
- SINAN- Sistema de informação de agravo de notificação de notificações compulsória:
 - Principais agravos; Hanseníase (03), Tuberculose(5), Ante Rábica(34)
- SIVEP-DDA- Monitoramento das doenças diarreicas;
- SINAS- Sistema de nascidos vivos;
- PAB- Piso de Atenção Básica Fixa

Handwritten signature



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	1
TABELA DE COMPOSIÇÃO ESF.....	2
SERVIÇOS OFERTADOS PELO MUNICÍPIO.....	3
AÇÕES E SERVIÇOS VIGILÂNCIA EM SAÚDE E SANITÁRIA.....	4
NOTA TÉCNICA-RELATÓRIO DE ENVIO.....	5
PROCEDIMENTOS AMBULATORIAIS FÍSICOS REALIZADOS, AMBULATORIAIS FINANCEIROS E HOSPITALARES FÍSICOS REALIZADOS.....	6
RECURSOS HUMANOS.....	7
PRODUÇÃO AMBULATORIA E QUANTITATIVO	8
DEMOGRAFIA E DADOS DE MORBI-MORTALIDADE	9
DADOS EPIDEMIOLÓGICOS.....	10
MORTALIDADE.....	11
MORBIDADE.....	12
REDE FÍSICA DE SAÚDE.....	13
PROFISSIONAIS DO CNES.....	14
DEMOSTRATIVO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE.....	15



VIGILANCIA EM SAÚDE.....	16
INDICADORES DE SAÚDE.....	17
PACTO PELA VIDA.....	18
DEMONSTRATIVO DA UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS	19
BLOCO DE FINANCIAMENTO	20
INDICADORES FINANCEIROS	21
DEMONSTRATIVO ORÇAMENTÁRIO.....	22

[assinatura]



RECEITAS

- DESPESAS COM SAÚDE
- Despesas com Saúde – por grupo e natureza de despesa
- Controle de restos a pagar
- Participação das despesas com ações de saúde na receita
- CONSIDERAÇÕES FINAIS
- ANEXO II- Fotos

Delia



INTRODUÇÃO

O município de Nossa Senhora de Lourdes possui população para cálculo de PAB-Fixo (Faixa 1 - 28,00 per capita) de 6.512 habitantes, corresponde a R\$ 14.632,33 de repasse mensal. Apresenta cobertura (*) de Atenção Básica de 100,00 %, considerando Estratégia Saúde da Família com cobertura de 100,00 %. Este município faz parte da Regional Propriá onde tem a mesma, como referência para procedimentos de Média complexidade conforme Programação Pactuada Integrada – PPI, assim como tem o município de Aracaju também como referência para atendimento de média e alta complexidade.

O exposto relatório tem por intenção apresentar os resultados obtidos pela Gestão em Saúde no município de Nossa Senhora de Lourdes durante o ano de 2017, evidenciando os aspectos primordiais para que sejam requeridos os meios necessários para o exercício do controle social do SUS. Cumpre a determinação legal de oferecer transparência à Sociedade sobre as ações e serviços de saúde, sobretudo os recursos utilizados no período em análise, amparando-se nas Leis Federais nº 8.080 de 19 de setembro de 199 e nº 8.142 de 28 de dezembro de 1990, como também, as Portarias do Ministério da Saúde que tratam do Pacto pela Saúde. A sua estrutura é composta por uma análise sucinta dos indicadores de pactuação/programação, com fundamento no Pacto pela Vida (SISPACTO) uma síntese da movimentação dos recursos orçamentários e financeiros em conformidade com o Sistema de Informação sobre Orçamentos Públicos em Saúde – SIOPS, como também, apresenta um relato analítico resumido das ações desenvolvidas no exercício em questão.

A elaboração do Relatório de Gestão (RAG) representa muito mais do que preceito legal, significa respeito e compromisso com os usuários do SUS. "Saúde é um estado de completo bem estar física, mental e social e não apenas a ausência de doença ou enfermidade" (OMS). Portanto, a cordialidade a atenção dispensada ao cidadão sob qualquer natureza, também são elementos que gerem saúde, para alcançar os objetivos que atenda satisfatoriamente as pessoas.

Para tanto, a gestão municipal busca trabalhar conforme os princípios e as diretrizes do SUS visando a garantia dos direitos, do compromisso e da ética do cuidado e da equidade da vida do usuário.



Em 2017, a administração investiu 17,29 de sua receita própria em saúde cumprindo a mais com o estabelecido pela Emenda Constitucional 29, com:

- Aquisição de medicamentos, materiais médicos hospitalar, limpeza e escritório para as clínicas e postos de saúde;
- Informo ainda, que o município foi beneficiado com recurso de Emenda Parlamentar para INCREMENTO DO PAB, NO VALOR DE R\$ 550,000,00 sendo assim aplicado, 106,597,53 em compras de material médico hospitalar. Aquisição de uma FIAT TORO com recurso de emenda parlamentar e contrapartida do município.
Aquisição de um carro de passeio com 05 lugares adquirido com recursos próprio em consonância com Plano Municipal de Saúde;
- Aquisição de Material Permanente para as unidades de saúde;
- Contratação de recursos humanos para a continuidade do Programa Mais Médico e Estratégia de Saúde da Família.
- Médico especialista, tais como, Pediatra, Ginecologista, Psicólogo, Psiquiatra.
- Possuindo 3 equipes de saúde da família sendo duas convencionais e uma pertencente ao Programa Mais Médico para o Brasil, conforme tabela abaixo:

01 - EQUIPE SAÚDE DA FAMÍLIA - CONVENCIONAL - GRUPO 1																					
IBGE	MUNICÍPIO	ESF	ESF_M1	ESF_M2	ESF QUILOMBOLA ASSENTADO	ESF GERAL	ESF_M1 QUILOMBOLA ASSENTADO	ESF_M1 GERAL	ESF_M2 QUILOMBOLA ASSENTADO	ESF_M2 GERAL	ESF AGENTES	ESF PRONASCI	ESF M1 RIBEIRINHA	ESF M2 RIBEIRINHA	ESF RIBEIRINHA	ESFPR	ESFPRSB	ESFF	ESFFSB	ESFPR AGENTES	ESFF AGENTES
280470	NOSSA SENHORA DE LOURDES	2	2	0	0	3	0	3	0	0	16	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL		2	2	0	0	3	0	3	0	0	16	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
01 - EQUIPE SAÚDE DA FAMÍLIA - MAIS MÉDICOS																					
IBGE	MUNICÍPIO	ESF	ESFSB_M1	ESFSB_M2	ESFR	ESFRSB_M1	ESFRSB_M2	ESFF	ESFFSB	ESF1	ESF1SB_M1	ESF1SB_M2	ESF2	ESF2SB_M1	ESF2SB_M2						
280470	NOSSA SENHORA DE LOURDES	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0						
TOTAL		1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0						

Fonte:cnes

Silva



A Atenção básica é parte mais importante do sistema de saúde do país, que foca a prática da assistência em saúde na proximidade com o cidadão.

Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS) "é o primeiro nível de contato dos indivíduos, da família e da comunidade com o sistema nacional de saúde (...) constituindo o primeiro elemento de um processo de atenção continuada á saúde".

Em meados de 2013 o Ministério da Saúde decidiu informatizar as unidades básicas de Saúde com o Sistema de Informações em Saúde para a Atenção Básica (SISAB) foi instituído pela Portaria GM/MS nº 1.412, de 10 de julho de 2013, passando a ser o sistema de informação da Atenção Básica vigente para fins de financiamento e adesão aos programas e estratégias da Política Nacional de Atenção Básica, substituindo o Sistema de Informação da Atenção Básica(SIAB).

O SISAB integra a estratégia do Departamento de Atenção Básica (DAB/SAS/MS) denominada e-SUS Atenção Básica (e-SUS AB), que propõe o incremento da gestão da informação, a automação dos processos, melhorias das condições de infraestrutura e a melhoria dos processos de trabalho.

Na pratica, a Atenção Básica se dá através da "Estratégia de Saúde da Família" e Agente Comunitário de saúde, que concretizam o acesso do cidadão á saúde.

Nessa condição a Atenção Básica é a porta de entrada do sistema e o caminho pelo quais os problemas de saúde são também encaminhados a outros níveis de assistência.

A função do setor de Saúde do município é de pequeno porte e desenvolve atividades caracterizadas principalmente, como atendimento de baixa complexidade, isto é, prestando assistência aos usuários nas áreas ambulatoriais, incluindo aí, uma gama de serviços de enfermagem, bem como consultas médicas de clínico geral e de outras especialidades. Além disso, o nosso Sistema Municipal de Saúde, em consonância com o SUS, realiza um trabalho com acesso universal,

Silva



com integralidade e equidade na assistência, tanto na baixa como em alguns casos na média complexidade, encaminhando os pacientes aos hospitais de referência em Propriá e Aracaju.

A população do município tem uma cobertura de 100% pela equipe de saúde da família (zona rural e urbana).

São ofertados os serviços de imunização, planejamento familiar, controle de hipertensão e diabetes, bem como ações de vigilância sanitária e endemias.

Para o atual exercício, a política de saúde na atenção básica tem como diretriz máxima o Pacto pela Saúde em conformidade com o que dispõe a Portaria GM/MS nº. 325, de 21/02/2008 que estabelece metas e indicadores e seus respectivos meios de verificação, atribuindo também para os espaços de gestão estadual e municipal as suas responsabilidades.

No tocante à portaria supramencionada, é importante ressaltar que ocorreram mudanças no processo de pactuação em relação ao adotado nos anos anteriores, uma vez que houve alteração no conjunto de indicadores.

Tem-se enquanto exemplo a criação de indicadores para a saúde da criança e do adolescente com a diminuição da proporção de gravidez na adolescência entre as faixas etárias de 10 a 19 anos.

Para operacionalizar a atenção básica devem ser priorizadas como estratégicas as seguintes áreas:

- Saúde da criança,
- Saúde do adolescente,
- Saúde da mulher,
- Saúde do Idoso,
- Saúde do Adulto,
- Saúde Bucal,

[assinatura]



- Saúde Mental,
- Saúde do Trabalhador,
- Saúde da Pessoa com Deficiência,
- Urgência/Emergência, além do controle de doenças transmissíveis..
- Saúde da Criança

As ações de saúde da criança tiveram como foco medidas para na tentativa de redução da mortalidade infantil, através de ações de monitoramento e realização de ações continuada, enfatizando o acompanhamento cuidadoso do crescimento e desenvolvimento da criança nas unidades de saúde.

A Triagem Neonatal (Teste do Pezinho) tem como objetivo detectar precocemente doenças metabólicas, genéticas e infecciosas que poderão causar lesões irreversíveis no bebê.

Esse procedimento é realizado em 02 unidades de saúde da rede.

Estimulação as ações ao Aleitamento Materno, realizadas pelos profissionais das Unidades Básicas de Saúde, com a equipe de saúde da família que acompanha todos as crianças de 0 a 6 meses como a estimulação do aleitamento exclusivo.

O Programa de Combate e Controle das Carências Nutricionais (PCCN) – O município possui ações de suplementação de vitamina A e ferro para crianças nas faixas etárias preconizadas pelo o programa, sendo distribuídos na rotina dos serviços.

O programa ISTs/AIDS- sendo oferecido para as gestantes e seus parceiros teste de sífilis e HIV apara detecção precoce.

O município ainda conta com serviços abaixo relacionada de demanda referência da atenção primaria como espontânea para atendimentos dos seus munícipes e visitantes:

Delva



SERVIÇOS OFERTADOS PELO MUNICÍPIO

- Incentivo ao aleitamento materno nas consultas e nas visitas domiciliares;
- Acompanhamento do crescimento, do desenvolvimento e do peso da Criança através da caderneta da criança;
- Realização de consultas médicas e de enfermagem e encaminhamento para especialidades da referência regional e estadual.
- Solicitação de exames e outros procedimentos para diagnóstico precoce de doenças e agravos;
- Orientação quanto ao planejamento familiar e tratamento das mulheres com ISTs.
- Realização de vacina no acompanhamento das gestantes;
- As ações de saúde bucal tiveram como objetivo promover a saúde estimulando a incorporação de hábitos saudáveis que venham minimizar a ocorrência das doenças da boca.
- Esta estratégia de intervenção considera prioritariamente o contexto familiar e comunitário no qual o indivíduo está inserido;
- Realização de ações básicas do PSE no espaço escolar;
- Orientações às gestantes, hipertensos e diabéticos e pacientes especiais com ações educativas.
- Realização de consultas e solicitação de exames para diagnósticos precoces de hipertensão, através do rastreamento de pacientes propensos;
- Disponibilização de medicamentos;
- Realização teste do pezinho em recém-nascido;
- Continuidade do programa Mais Médico;
- Garantia de equipes ESF completas para assistir a população.
- Palestras Educativas com tema IST/AIDS, Câncer de Próstata, Câncer de Mama e colo do útero.

WSP



- Recontratualização e adesão de uma equipe de saúde da família ao PMAQ- Programa de Melhoria do Acesso e da qualidade da Atenção Básica.
- Glaucoma; Projeto da saúde ocular, prevenção da cegueira com distribuição de colírio e avaliação ocular.
- Tratamento de verminose em escolares com idade de 05 a 14 anos, com realização de palestra nas escolas e distribuição de medicamentos (Albendazol 400MG)
- Acompanhamento dos beneficiários do Bolsa- Família, com peso e altura de todas as famílias cadastradas;
- Tratamento fora do Domicilio – TFD;
- Atendimento em 100% dos pacientes portadores de doenças não tratáveis no município
- Atendimentos de consultas especializadas através da PPI
- Regular através de sistema de regulação as marcações de exames laboratoriais e exames especializados
- Vigilância Sanitária;
- Vigilância Epidemiológica.

[assinatura]



AÇÕES E SERVIÇOS VIGILÂNCIA EM SAÚDE E SANITÁRIA

- Imunização, controle e distribuição de vacinas para o clinica e postos dos povoados;
- Campanha de vacina HPV e meningite para meninas e meninos de 09 a 12 anos
- Campanha de vacina contra a Poliomielite, Influenza, intensificação de vacinas
- Hanseníase
- Campanha Nacional de HANSENÍASE, o tratamento e a prevenção fazendo busca ativa em escolares.
- **Vigilância Ambiental (DENGUE)**
- Pesquisas de lavas em pontos estratégicos-PE, em ciclo quinzenais com o tratamento focal em (cemitérios, oficinas entre outros)
- Visitas domiciliares bimestrais;
- Palestras educativas nas escolas zona urbana e rural;
- Divulgação em carro de som das ações de combate a dengue;
- Integração das Equipes de Saúde da Família nas atividades de controle vetorial, unificando os territórios de atuação dos ACS e ACE;
- **Vigilância da Qualidade da Água;**
- Coleta de amostra de água mensal para serem entregue ao Lacem;
- Cadastramento de estabelecimentos para alimentação do sistema SINANVISA;
- Entrega de relatórios mensais para o sistema SAI/SUS
- Tuberculose, busca ativa de novos casos;
- Campanha Nacional de Hanseníase e Geo-Helminíase ;
- Investigação de óbitos em momentos oportunos;
- Notificações de doenças compulsórias;
- Acompanhamento dos casos de diarreias através do SIVEP-DDA

[assinatura]



Com essas ações, conseguimos:

Garantir a integralidade das ações de saúde prestadas de forma interdisciplinar, por meio da abordagem integral e contínua do indivíduo no seu contexto familiar, social e do trabalho; englobando atividades de: promoção da saúde, prevenção de riscos, danos e agravos; ações de assistência, assegurando o acesso ao atendimento às urgências;

Promover a equidade na atenção à saúde, considerando as diferenças individuais e de grupos populacionais, por meio da adequação da oferta às necessidades como princípio de justiça social, e ampliação do acesso de populações em situação de desigualdade, respeitadas as diversidades locais; Identificar as necessidades da população do seu território, fazer um reconhecimento das iniquidades, oportunidades e recursos com apoio do estado;

Formular e programar políticas para áreas prioritárias, conforme definido nas diferentes instâncias de pactuação;

Organizar o acesso a serviços de saúde resolutivos e de qualidade na atenção básica, viabilizando o planejamento, a programação pactuada e integrada da atenção à saúde e a atenção à saúde no seu território, explicitando: a responsabilidade, o compromisso e o vínculo do serviço e equipe de saúde com a população do seu território, desenhando a rede de atenção à saúde e promovendo a humanização.

Participar dos colegiados de gestão regionais, cumprindo suas obrigações técnicas e financeiras.

Operar os sistemas de informação referentes à atenção básica e alimentar regularmente os bancos de dados nacionais;

Assumir a responsabilidade pela coordenação e execução das atividades de informação, educação e comunicação, no âmbito local;

[assinatura]



Elaborar a programação da atenção à saúde, incluída a assistência e vigilância em saúde;

Gerir os sistemas de informação epidemiológica e sanitária, bem como assegurar a divulgação de informações e análises.

Estabelece, sempre que possíveis espaços de negociação permanente entre trabalhadores e gestores;

Formular e promover a gestão da educação permanente em saúde e processos relativos à mesma;

Apoiar os processos de educação popular em saúde, com vistas ao fortalecimento da participação social do SUS;

A estrutura de equipamentos e serviços na área de informática e informação em saúde disponível na SMS será analisada a partir de duas áreas distintas, a saber: manutenção de informática, conectividade em rede.

A manutenção em informática é realizada para atender as necessidades de consertos em máquinas (computadores, impressoras e outros periféricos) e suporte ao funcionamento de softwares (aplicativos usados habitualmente).

Os serviços são executados por técnico contratado para tal finalidade, geralmente instalações e recuperações de sistemas operacionais, instalações de programas, eliminação de vírus, atualizações de programas e demais reparos na rede física.

O acesso à Internet é imprescindível para a realização de inúmeras ações e atividades na SMS, uma vez que a comunicação remota de dados para potencializar o processo, permite acesso transparente às informações para controle do Sistema, além de possibilitar economicidade do dispêndio.

Para tanto, torna-se necessário investimentos frequentes para a conectividade de toda rede, interligando os diversos setores nos níveis de gestão por esfera administrativa.



NOTA TÉCNICA Nº 01/2018

Buscando adequações as mudanças de financiamento regulamentadas pelo Ministério da Saúde- MS, conforme portaria 3.992, de 28 de Dezembro de 2017 , esta alterou a portaria de consolidação nº 6/GM/MS de setembro de 2017, que contemplava a portaria nº 204/20017.

Desde o advento da Portaria nº 2007, os blocos de financiamento sempre se caracterizaram por serem blocos financeiros, tendo uma conta corrente vinculada a cada um dos cinco blocos de custeio, exceto do Bloco de Investimento, que se caracterizava por ter contas correntes vinculadas a cada projeto, o que poderia ser confundido com convênios. Essa nova Portaria traz expressivas mudanças, entre elas:

- A forma de transferências dos recursos financeiros para custeio e investimento, uma vez que os recursos para custeio serão transferidos para uma só conta corrente no bloco de custeio e os recursos para investimentos ainda não contemplados com repasse serão transferidos para uma só conta corrente no bloco de investimento;
- A junção dos antigos blocos de financiamento de custeio em um único bloco, mantendo-se grupos de ações dentro do Bloco de Custeio. Esses grupos de ações deverão refletir a vinculação, ao final de cada exercício, do que foi definido em cada programa de trabalho do Orçamento Geral da União.

[assinatura]

NOTA TÉCNICA Nº 01/2018

Brasília, 09 de janeiro de 2018.

ÁREA: Área Técnica em Saúde.

TÍTULO: Mudança da forma de transferência dos recursos financeiros para custeio e investimento, Portaria nº 3.992, de 28/12/2017.

REFERÊNCIA(S):

Constituição 1988 - art. 87;

Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012;

Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011;

Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017;

Portaria nº 3.992, de 28 de dezembro de 2017.

PALAVRAS-CHAVE:

SUS, Financiamento, Fundo Nacional de Saúde, Blocos.

Introdução

A Portaria MS nº 3.992, de 28/12/2017 tem como objetivo adequar a modalidade das transferências financeiras da União, até então realizadas em mais de 320 ações, serviços e estratégias, ao que prevê a Lei Complementar nº 141/2012 e facilitar a execução dos recursos, desde que respeitadas às programações locais via Plano Municipal de Saúde e demais instrumentos de planejamento e gestão.

1) Blocos de financiamento

Asseguradas às condicionalidades previstas, a partir de 10 de janeiro de 2018, o FNS (Fundo Nacional de Saúde), organizará e transferirá os recursos financeiros de forma regular e automática, em conta corrente específica e única para cada Bloco, na seguinte forma de financiamento:

I. Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde: Os recursos financeiros são destinados à manutenção da prestação das ações e serviços públicos de saúde e ao funcionamento dos órgãos e estabelecimentos responsáveis pela implementação das ações e serviços públicos de saúde; e

II. Bloco de Investimento na Rede de Serviços Públicos de Saúde: Os recursos financeiros são destinados a aquisição de equipamentos; obras de construções novas utilizados para a realização de ações e serviços públicos de saúde; e obras de reforma e/ou adequações de imóveis já existentes utilizados para a realização de ações e serviços públicos de saúde.

2) Transferências dos recursos em conta

Os recursos para custeio serão transferidos para uma conta corrente única do **bloco de custeio**. Os recursos para investimentos, ainda não contemplados com repasse, serão transferidos para uma única conta corrente do **bloco de investimento**. Desta forma, os repasses ocorrerão em duas contas – de CUSTEIO e outra de INVESTIMENTO, atendendo a legislação em vigor e desburocratizando os repasses federais.

Os antigos blocos de financiamento passam a formar um único bloco, mantendo-se grupos de ações dentro do Bloco de Custeio. Esses grupos de ações deverão refletir a vinculação, ao final de cada exercício, do que foi definido no programa de trabalho do Orçamento Geral da União e que deu origem ao repasse do recurso, bem como o estabelecido no Plano de Saúde e na Programação Anual de Saúde dos entes beneficiários.

O bloco de Investimento ainda não possui comunicado de abertura de conta. Nesse sentido os gestores continuaram recebendo e movimentando os valores recebidos e a receber nas respectivas contas, já existentes.

3) Condições para receber os recursos federais

Importante ressaltar que, as condicionalidades vigentes para transferência do Ministério da Saúde para o Estado, Distrito Federal e Municípios, continuam valendo. Nesse sentido, conforme já dispõe o art. 22 da Lei Complementar nº 141/ 2012 e art. 4º da Lei nº 8.142/1990:

- I. Conselho de Saúde instituído e em funcionamento;
- II. Fundo de Saúde instituído por lei, categorizado como fundo público em funcionamento;
- III. Plano de Saúde, programação anual de saúde e relatório de gestão submetido ao respectivo Conselho de Saúde.

A Portaria extrapola a legislação e traz uma nova condicionalidade à transferência de recursos federais: **Alimentação e atualização regular dos sistemas de informações que compõem a base nacional de informações do SUS**. O que viola o art. 22 da Lei nº 141/2012.

4) Uso dos recursos

Os recursos que compõem cada Bloco de Financiamento devem ser aplicados em ações relacionadas ao próprio bloco, observando também:

- I. Que as ações devem constar no Plano Municipal de Saúde e na Programação Anual de Saúde do Município submetidos ao respectivo Conselho de Saúde; e
- II. O cumprimento do objeto e dos compromissos pactuados e/ou estabelecidos em atos normativos específicos, tais como as portarias e resoluções da CIT e das CIBs, expedidos pela direção do SUS.
- III. Vinculação com os programas de trabalho previstos no Orçamento Geral da União, ao final do exercício financeiro.

Os municípios terão flexibilização no uso dos recursos em cada conta dos blocos de custeio e investimento durante todo o exercício, no entanto, deverão demonstrar ao final do exercício financeiro a vinculação dos recursos federais repassados, com a finalidade definida em cada Programa de Trabalho do Orçamento Geral da União por meio do qual foram realizados os repasses.

A utilização do recurso está atrelada ao que foi sancionado na Lei Orçamentária do Município, portanto, a conta é somente o instrumento de desembolso do que se pactuou.

Na hipótese de saldos de um ano para o outro, a vinculação é válida até a aplicação integral dos recursos relacionados a cada Programa de Trabalho do Orçamento Geral da União que deu origem ao repasse, ainda que em exercício

diverso daquele em que ocorreu o ingresso no respectivo fundo de saúde. Enquanto os recursos não forem utilizados, deverão ser automaticamente aplicados em fundos de aplicação financeira de curto prazo, lastreados em títulos da dívida pública federal, com resgates automáticos.

Os rendimentos das aplicações financeiras deverão ser obrigatoriamente aplicados na execução de ações e serviços públicos de saúde relacionados ao respectivo Bloco de Financiamento, estando sujeitos às mesmas finalidades e condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

5) Vedação de uso dos recursos

Fica vedada a utilização de recursos federais referentes ao Bloco de Custeio para o pagamento de:

- I. servidores inativos;
- II. servidores ativos, exceto aqueles contratados exclusivamente para desempenhar funções relacionadas aos serviços previstos no respectivo Plano de Saúde;
- III. gratificação de função de cargos comissionados, exceto aqueles diretamente ligados às funções relacionadas aos serviços previstos no respectivo Plano de Saúde;
- IV. pagamento de assessorias/consultorias prestadas por servidores públicos pertencentes ao quadro do próprio município ou do estado; e
- V. obras de construções novas, bem como reformas e adequações de imóveis já existentes, ainda que utilizados para a realização de ações e/ou serviços de saúde.

Fica vedada a utilização de recursos financeiros referentes ao Bloco de Investimento em órgãos e unidades voltados, exclusivamente, à realização de atividades administrativas.

6) Memória de cálculo, monitoramento e fiscalização dos repasses

Como forma de facilitar o monitoramento dos repasses, o FNS manterá as informações do nível de detalhamento na forma ações, serviços e estratégias. Porém, não vincula o uso dos recursos, não configuram as famosas "caixinhas".

Dessa forma, as transferências para o custeio e investimento de ações e serviços públicos de saúde, organizadas e identificadas por Grupos relacionados ao nível de atenção ou à área de atuação, serão visualizadas:

I. Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde

- a) Atenção Básica;
- b) Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar;
- c) Assistência Farmacêutica;
- d) Vigilância em Saúde; e
- e) Gestão do SUS.

II. Investimento na Rede de Serviços Públicos de Saúde

- a) Atenção Básica
- b) Atenção Especializada
- c) Vigilância em Saúde;
- d) Gestão e desenvolvimento de tecnologias em Saúde no SUS; e
- e) Gestão do SUS.

A comprovação da aplicação dos recursos será feito por meio do Relatório de Gestão que deverá ser elaborado e submetido ao Conselho de Saúde e apresentado ao Ministério da Saúde, em sistema próprio a ser ainda disponibilizado.

Será divulgado anualmente o detalhamento dos Programas de Trabalho das dotações orçamentárias consignadas ao órgão que serão onerados pelas transferências de recursos federais referentes a cada Bloco de Financiamento, ou seja, os Programas de Trabalho do Orçamento Geral da União que geram repasses municípios, como Promoção da Atenção Básica em Saúde, Assistência Farmacêutica, Atenção Média e Alta Complexidade, dentre outros.

7) Operacionalização das Contas

Em 05 de janeiro de 2018, o FNS procedeu a abertura da nova conta vinculada ao cofinanciamento federal das Ações e Serviços Públicos de Saúde no âmbito da Portaria 3.992/2017, nas seguintes instituições financeiras: Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal.

Os gestores dos fundos de saúde deverão comparecer à agência bancária para regularizar o registro das contas em até 05 dias úteis após a abertura das contas pelo Fundo Nacional de Saúde, ou seja, 12 de janeiro de 2018.

O gestor também deverá definir se os recursos deverão ser mantidos em aplicação financeira de curto prazo, lastreados em títulos da dívida pública federal, com resgates automáticos, ou se serão transferidos para caderneta de poupança.

8) Regularização da nova conta bancária

Conforme orientação do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal, elencamos a seguir os documentos necessários a serem apresentados à Instituição Financeira. **Caso a conta não seja regularizada, o gestor local de saúde não poderá movimentar os recursos creditados, inviabilizando, por exemplo, a realização de pagamentos.**

8.1. Documentação do Fundo de Saúde:

- CNPJ atualizado e ativo;
- Lei de criação do Fundo de Saúde;
- Cópia do comprovante original de endereço do Fundo de Saúde;
- Declaração assinada pelo(s) RLA(s) - Representante(s) Legal(is) Autorizado(s).

8.2. Documentação dos representantes legais e procuradores:

- Cópia do ato de nomeação ou termo de posse do representante máximo do Ente Público;
 - O ato de nomeação é aceito somente nas situações em que ainda não foi firmado o termo de posse.
- Ofício, resolução ou despacho em papel com timbre do Ente Público, subscrito por autoridade competente que autoriza a abertura e movimentação da conta. Esse documento deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:
 - Solicitação expressa indicando a agência, a denominação e a finalidade da nova conta corrente;
 - Indicação do(s) RLA(s) - Representante(s) Legal(is) Autorizado(s) que farão a movimentação da(s) conta(s), com nome, cargo e CPF;

- Indicação do (s) RLA(s) - Representante(s) Legal(is) Autorizado(s) para cadastramento da senha da conta corrente;
 - Assinatura do representante máximo, de seu representante delegado ou de um dos representantes legais, devidamente indicados e qualificados, que possuam poderes para a abertura de contas.
- Cópia do documento de Identidade e CPF de todas as PF mencionadas nos subitens acima;
- Comprovante de situação cadastral do CPF de todas as PF mencionadas nos subitens acima, junto à RFB (<http://www.receita.fazenda.gov.br/aplicacoes/atcta/cpf/consultapublica.asp>);
- Cópia de comprovante de endereço de todas as PF mencionadas acima.

Observação: Os estrangeiros, além de comprovar o domicílio no Brasil, apresentam a Cédula de Identidade de Estrangeiro ou protocolo de solicitação emitida pelo Ministério da Justiça do Brasil, por meio da Polícia Federal. O visto é dispensado para Pessoas Físicas de nacionalidade portuguesa.

8.3. Documentos de identificação válidos para os representantes – Pessoa

Física:

- Registro de Identidade Civil –RIC; ou
- Carteira de identidade fornecida pelos Órgãos de Segurança Pública dos Estados, dentro do prazo de validade, se houver; ou
- Carteira nacional de habilitação, modelo atual, dentro do prazo de validade; ou
- Carteira funcional emitida por repartições públicas ou por Órgãos de Classe dos Profissionais Liberais, que tenha fé pública e conhecida por Decreto, dentro do prazo de validade; ou
- Identidade militar, expedida pelas Forças Armadas ou forças auxiliares para seus membros ou dependentes; ou
- Passaporte brasileiro, dentro do prazo de validade; ou
- CTPS –Carteira de Trabalho e Previdência Social.

Documentos para Procurador da Entidade Pública, quando aberta por procuração:

- Cópia do documento de identidade e do CPF;

- Comprovante de endereço;
- Comprovação de domicílio no Brasil, no caso de cidadãos estrangeiros;
- Procuração pública, Decreto ou outro documento que demonstre a delegação.

9) Saldos remanescentes em contas anteriores a Portaria nº 3.992/2017

Os saldos financeiros das contas correntes vinculadas aos recursos federais transferidos em datas anteriores à vigência da Portaria nº 3.992/2017 e organizados sob a forma de Blocos de Financiamento de Atenção Básica; Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar; Gestão do SUS, Assistência Farmacêutica e Vigilância em Saúde **poderão ser transferidos para a conta corrente única do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde**, observando-se sempre:

- a vinculação dos recursos, ao final do exercício financeiro, com a finalidade definida em cada Programa de Trabalho do Orçamento Geral da União que deu origem aos repasses realizados;
- o cumprimento do objeto e dos compromissos pactuados e/ou estabelecidos em atos normativos específicos que regulamentaram o repasse à época do ingresso dos recursos no fundo de saúde do Estado, do Distrito Federal ou do Município.

Conclusão

A CNM entende como positivas as mudanças promovidas pela Portaria MS nº 3.992, de 28/12/2017. A referida Portaria separa definitivamente, de forma inequívoca, o fluxo orçamentário do fluxo financeiro.

Destaca-se a que a junção dos antigos blocos de financiamento tornará obsoleta a manutenção das inúmeras contas que cada rubrica/ ação em Saúde demandava. Pela flexibilização financeira, o gestor poderá, por exemplo, pagar despesas de custeio do PAB Variável, com recursos recebidos dia 05 de fevereiro via PAB Fixo ou vice-versa. Tal flexibilidade financeira não desvincula a necessidade de cumprir o que se pactuou na Lei orçamentária municipal quanto as Ações e Serviços Públicos de Saúde.

Formulários SargSUS Quadrimestral

Página Inicial / DEMONSTRATIVO INDICADORES FINANCEIROS

 Olá **LUZINEIDE R DA SILVA**,
 Seja bem-vindo(a) ao Sistema de Apoio ao Relatório de Gestão

Indicadores Financeiros (Fonte: SIOPS - 2017)

Participação % da receita de impostos na receita total do Município	2,03%
Participação % das transferências intergovernamentais na receita total do Município	92,33%
Participação % das Transferências para a Saúde (SUS) no total de recursos transferidos para o Município	11,53%
Participação % das Transferências da União para a Saúde no total de recursos transferidos para a saúde no Município	96,80%
Participação % das Transferências da União para a Saúde (SUS) no total de Transferências da União para o Município	17,32%
Participação % da Receita de Impostos e Transferências Constitucionais e Legais na Receita Total do Município	63,59%
*Para Fins de Cálculo do Percentual da LC141/2012	0,00%
Despesa total com Saúde, em R\$/hab, sob responsabilidade do município, por habitante	R\$544,24
Participação % da despesa com pessoal na despesa total com Saúde	50,82%
Participação % da despesa com medicamentos na despesa total com Saúde	0,00%
Participação % da desp. com serviços de terceiros - pessoa jurídica na despesa total com Saúde	8,15%
Participação % da despesa com investimentos na despesa total com Saúde	5,82%
% das transferências para a Saúde em relação à despesa total do município com saúde	53,96%
% da receita própria aplicada em Saúde conforme a LC 141/2012	17,29%

Análise e considerações sobre os Indicadores Financeiros

OK

Texto com 3998 caracteres restantes

Última consulta dos dados na fonte: 06/03/2018 17:03:41
 Última gravação dos dados no sistema: 06/03/2018 17:03:41
 A simples atualização dos dados não grava as informações.

ATUALIZAR GRAVAR IMPRIMIR



SARGSUS

Sistema de Apoio ao Relatório de Gestão

**Relatório
Anual 2017**

Município: NOSSA SENHORA DE LOURDES / SE

Perfil: GESTOR

SAIR

Formulários SargSUS Quadrimestral

Página Inicial / DEMONSTRATIVO DA UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS

Olá **LUZINEIDE R DA SILVA**,
Seja bem-vindo(a) ao Sistema de Apoio ao Relatório de Gestão

DEMONSTRATIVO DA UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS (Fonte: SIOPS)

Bloco de Financiamento	Transferência fundo a fundo			Recursos		Total	Dotação	Despesas		Pa
	Federal	Estadual	Outros Municípios	Oper.	Próprios			Empenhada	Liquidada	
				Crédito/Rend./Outros						
Atenção Básica	1.645.293,30	0,00	0,00	0,00	0,00	1.645.293,30	0,00	0,00	0,00	
Atenção de MAC	67.325,22	0,00	0,00	0,00	0,00	67.325,22	0,00	0,00	0,00	
Ambulatorial e Hospitalar										
Vigilância em Saúde	74.453,54	0,00	0,00	0,00	0,00	74.453,54	0,00	0,00	0,00	
Assistência Farmacêutica	64.242,96	0,00	0,00	0,00	0,00	64.242,96	0,00	0,00	0,00	
Piso de Atenção Básica	1.225.513,66	0,00	0,00	0,00	0,00	1.645.293,30	0,00	0,00	0,00	
Variável (PAB Variável)										
Saúde da Família	1.031.281,96	0,00	0,00	0,00	0,00	1.031.281,96	0,00	0,00	0,00	
Agentes Comunitários de Saúde	194.231,70	0,00	0,00	0,00	0,00	194.231,70	0,00	0,00	0,00	
Outros Programas	419.779,64	0,00	0,00	0,00	0,00	419.779,64	0,00	0,00	0,00	
Financ. por Transf. Fundo a Fundo										
Componente Básico da Assistência Farmacêutica	64.242,96	0,00	0,00	0,00	0,00	64.242,96	0,00	0,00	0,00	
Limite Financeiro da MAC	67.325,22	0,00	0,00	0,00	0,00	67.325,22	0,00	0,00	0,00	
Ambulatorial e Hospitalar										
Teto financeiro	67.325,22	0,00	0,00	0,00	0,00	67.325,22	0,00	0,00	0,00	
Vigilância Epidemiológica e Ambiental em Saúde	74.453,54	0,00	0,00	0,00	0,00	74.453,54	0,00	0,00	0,00	
Outras	0,00	0,00	0,00	60.345,60	1.761.959,43	1.822.305,03	3.908.000,00	3.544.061,89	3.353.383,88	3.320.

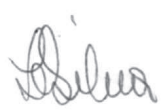
Análise sobre a Utilização dos Recursos

OK

Texto com 3998 caracteres restantes

Última consulta dos dados na fonte: 06/03/2018 17:03:40
Última gravação dos dados no sistema: 06/03/2018 17:04:02
A simples atualização dos dados não grava as informações.

ATUALIZAR GRAVAR IMPRIMIR



DEMONSTRATIVO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS COM SAÚDE (Fonte: SIOPS)

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Jan a Dez (b)	% (b/a)x100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	416.000,00	416.000,00	353.597,92	84,99
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	11.000,00	11.000,00	5.876,83	53,42
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	27.000,00	27.000,00	23.180,00	85,85
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	116.000,00	116.000,00	118.725,44	102,34
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	255.000,00	255.000,00	205.815,65	80,71
Imposto Territorial Rural - ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00
Dívida Ativa dos Impostos	4.000,00	4.000,00	0,00	0,00
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	10.914.000,00	10.914.000,00	10.731.019,91	98,33
Cota-Parte FPM	8.129.000,00	8.129.000,00	7.941.793,73	97,69
Cota-Parte ITR	3.000,00	3.000,00	1.225,79	40,85
Cota-Parte IPVA	68.000,00	68.000,00	102.009,25	150,01
Cota-Parte ICMS	2.710.000,00	2.710.000,00	2.683.553,07	99,02
Cota-Parte IPI-Exportação	3.000,00	3.000,00	1.905,63	63,52
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	1.000,00	1.000,00	532,44	53,24
Desoneração ICMS (LC 87/96)	1.000,00	1.000,00	532,44	53,24
Outras				
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	11.330.000,00	11.330.000,00	11.084.617,83	97,84

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Jan a Dez (d) (R\$)	% (d/c)x100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	1.848.000,00	1.848.000,00	1.911.660,62	103,44
Provenientes da União	1.451.000,00	1.451.000,00	1.851.315,02	127,58
Provenientes dos Estados	198.000,00	198.000,00	39.417,36	19,91
Provenientes de Outros Municípios	166.000,00	166.000,00	0,00	0,00
Outras Receitas do SUS	33.000,00	33.000,00	20.928,24	63,41
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS				
RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	1.848.000,00	1.848.000,00	1.911.660,62	103,44

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza de Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EXECUTADAS		
			Liquidadas Jan a Dez (f)	Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g)	% ((f+g)/e)
DESPESAS CORRENTES	3.829.000,00	3.603.000,00	3.147.065,58	190.678,01	92,64
Pessoal e Encargos Sociais	2.142.000,00	1.860.400,00	1.687.229,16	113.905,06	96,81
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	1.687.000,00	1.742.600,00	1.459.836,42	76.772,95	88,18

DESPESAS DE CAPITAL	79.000,00	305.000,00	206.318,30	0,00	0,00
Investimentos	79.000,00	305.000,00	206.318,30	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	3.908.000,00	3.908.000,00		3.544.061,89	90,69

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADAS		
			Liquidadas Jan a Dez (h)	Inscritas em Restos a Pagar não Processados (i)	% [(h+i)/IV(f+g)]
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	N/A		0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	N/A		0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	N/A		1.436.596,31	76.763,35	42,70
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	N/A		1.436.596,31	76.763,35	42,70
Recursos de Operações de Crédito	N/A		0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	N/A		0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	N/A		0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ¹	N/A	N/A	N/A	113.914,66	
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS ²	N/A	N/A	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE NÃO FOI APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES ³	N/A	N/A	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)		N/A		1.627.274,32	45,92
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = [(IV(f+g)-V(h+i))]			-1,00	1.916.787,57	

PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = $[VI(h+i) / IIIb \times 100]$ - LIMITE CONSTITUCIONAL 15%⁴

17,29

VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL $[VI(h+i) - (15 \cdot IIIb) / 100]$

254.094,90

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS CANCELADOS/PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
Inscritos em 2017	0,00	N/A	N/A	0,00
Inscritos em 2016	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2015	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2014	165.805,21	0,00	0,00	165.805,21
Inscritos em 2013	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2012	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	165.805,21	0,00	0,00	165.805,21

CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, § 1º e 2º

RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS

Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (j)	Saldo Final (Não Aplicado)
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2017	0,00	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2016	0,00	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2015	0,00	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2014	0,00	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2013	0,00	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2012	N/A	N/A
Total (VIII)	0,00	0,00

CONTROLE DE VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 e 26

LIMITE NÃO CUMPRIDO

Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de	Saldo Final (Não
---------------	------------------------------------	------------------

referência (k) **Nº PAGINA: 39**
RUBRICA: 0,00
 0,00 0,00 0,00
 0,00 0,00 0,00
 0,00 0,00 0,00

Diferença de limite não cumprido em 2016	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2015	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2014	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2013	0,00	0,00	0,00
Total (IX)	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADAS		
			Liquidadas Jan a Dez (l)	Inscritas em Restos a Pagar não Processados (m)	% $[(l+m)/total(l+m)] \times 100$
Atenção Básica	3.894.000,00	3.908.000,00	3.353.383,88	190.678,01	100,00
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Suporte Profilático e Terapêutico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vigilância Sanitária	8.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vigilância Epidemiológica	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alimentação e Nutrição	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	3.908.000,00	3.908.000,00		3.544.061,89	100,00

Análise e Considerações

OK

Texto com 3998 caracteres restantes

Última consulta dos dados na fonte: 06/03/2018 17:10:54
 Última gravação dos dados no sistema: 06/03/2018 17:11:02
 A simples atualização dos dados não grava as informações.

IMPRIMIR ATUALIZAR GRAVAR



RECURSOS HUMANOS

CATEGÓRIA	QUANTITATIVO
MÉDICO PSF	02
PROGRAMA MAIS MÉDICO	01
MÉDICO UTRASONOGRAFISTA	01
ODONTÓLOGO	04
PSICOLOGO	01
MÉDICO GINECOLOGISTA	01
MÉDICO PSIQUIATRA	01
ENFERMEIRO	03
TECNICO EM ENFERMAGEM	08
ACD	03
AGENTE DE SAÚDE	16
AGENTE DE ENDEMIAS	06
FISIOTERAPEUTA	01
COORDENADOR DE VIGILÂNCIA	01
MOTORISTA	12
VIGILANTE	03
AGENTE ADMINISTRATIVO	03
AUXILIAR DE LABORATÓRIO	02
AGENTE DE SERVIÇOS GERAL	05
BIOQUIMICA	01

Handwritten signature



Estado de Sergipe
Prefeitura de Nossa Senhora de Lourdes
Secretaria Municipal de Saúde

Nº PAGINA: 41
RUBRICA:

Toda digitação é realizada na secretaria de saúde e enviada para o SISAB conforme Nota técnica-Relatório de Envio, conforme tabela abaixo:

Desc. Tipo de Unidade	INE	Desc. Tipo de Equipe	JAN/2017	FEV/2017	MAR/2017	ABR/2017	MAI/2017	JUN/2017	JUL/2017	AGO/2017	SET/2017	OUT/2017	NOV/2017	DEZ/2017
CENTRO DE SAUDE/UNIDADE BASICA	0000176311	SAUDE BUCAL - M I	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
CENTRO DE SAUDE/UNIDADE BASICA	0001537563	SAUDE BUCAL - M I	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
CENTRO DE SAUDE/UNIDADE BASICA	-	-	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
CENTRO DE SAUDE/UNIDADE BASICA	0000176338	SAUDE BUCAL - M I	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
CENTRO DE SAUDE/UNIDADE BASICA	-	-	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	Não
POSTO DE SAUDE	-	-	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
POSTO DE SAUDE	-	-	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não

Fonte: Sistema de Informação em Saúde para a Atenção Básica - SISAB



Estado de Sergipe
Prefeitura de Nossa Senhora de Lourdes
Secretaria Municipal de Saúde

Nº PAGINA: 42
RUBRICA: 030

Procedimentos Ambulatoriais Físicos realizados por residentes de Nossa Senhora de Lourdes em Sergipe ano de 2017, quadro abaixo:

Grupo procedimento	2017
TOTAL	28.934
01 Ações de promoção e prevenção em saúde	30
02 Procedimentos com finalidade diagnóstica	12.572
03 Procedimentos clínicos	2.314
04 Procedimentos cirúrgicos	27
05 Transplantes de órgãos, tecidos e células	46
06 Medicamentos	13.532
07 Órteses, próteses e materiais especiais	1
08 Ações complementares da atenção à saúde	412

Fonte: Ministério da Saúde - Sistema de Informações Ambulatoriais do SUS (SIA/SUS)

Procedimentos Ambulatoriais Financeiros realizados por residentes de Nossa Senhora de Lourdes em Sergipe no ano de 2017, quadro abaixo:

Grupo procedimento	2017
TOTAL	293.645,86
02 Procedimentos com finalidade diagnóstica	84.242,84
03 Procedimentos clínicos	160.034,13
04 Procedimentos cirúrgicos	1.831,64
05 Transplantes de órgãos, tecidos e células	4.158,93
06 Medicamentos	32.314,98
07 Órteses, próteses e materiais especiais	482,34
08. Ações complementares da atenção à saúde	10.581,00

Fonte: Ministério da Saúde - Sistema de Informações Ambulatoriais do SUS (SIA/SUS)

Deleusa



Estado de Sergipe
Prefeitura de Nossa Senhora de Lourdes
Secretaria Municipal de Saúde

Nº PAGINA: 43
RUBRICA: 650

Procedimentos Hospitalares Físicos realizados por residentes de Nossa Senhora de Lourdes em Sergipe ano de 2017, quadro abaixo:

Grupo procedimento	2017
TOTAL	253
02 Procedimentos com finalidade diagnóstica	1
03 Procedimentos clínicos	138
04 Procedimentos cirúrgicos	111
05 Transplantes de órgãos, tecidos e células	3

Fonte: Ministério da Saúde - Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS)

Procedimentos Hospitalar Financeiro realizado por residentes de Nossa Senhora de Lourdes em Sergipe no ano de 2017, quadro abaixo:

Grupo procedimento	2017
TOTAL	328.508,75
02 Procedimentos com finalidade diagnóstica	137,68
03 Procedimentos clínicos	142.906,76
04 Procedimentos cirúrgicos	123.292,17
05 Transplantes de órgãos, tecidos e células	62.172,14

Fonte: Ministério da Saúde - Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS)

Silva



Estado de Sergipe
Prefeitura de Nossa Senhora de Lourdes
Secretaria Municipal de Saúde

Qtd. Aprovada segundo Município

Município: 280470 Nossa Senhora de Lourdes

Grupo procedimento: 01 Ação de promoção e prevenção em saúde

Período: 2017

Município	Qtd. Aprovada
280470 Nossa Senhora de Lourdes	26.721
TOTAL	26.721

Qtd. Aprovada segundo Município

Município: 280470 Nossa Senhora de Lourdes

Grupo procedimento: 04 Procedimentos cirúrgicos

Período: 2017

Município	Qtd. Aprovada
280470 Nossa Senhora de Lourdes	2.015
TOTAL	2.015

Qtd.aprovada segundo Município

Procedimento: 0301010064 CONSULTA MEDICA EM ATENÇÃO BASICA

Período: Jan/2018

Município	Qtd. aprovada
280470 Nossa Senhora de Lourdes	3.726
TOTAL	3.726

Qtd.aprovada segundo Município

Município: 280470 Nossa Senhora de Lourdes

Procedimento: 0301010030 CONSULTA DE PROFISSIONAIS DE NIVEL SUPERIOR NA ATENÇÃO BÁSICA (EXCETO MÉDICO)

Período: 2017

Município	Qtd.aprovada
280470 Nossa Senhora de Lourdes	2.582
TOTAL	2.582

Delva

Demografia e dados de morbi-mortalidade (Fonte: DATASUS/IBGE)

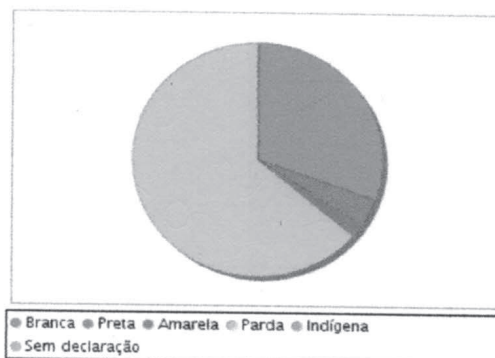
População estimada do ano 2017 (Fonte: TCU) _

6.530

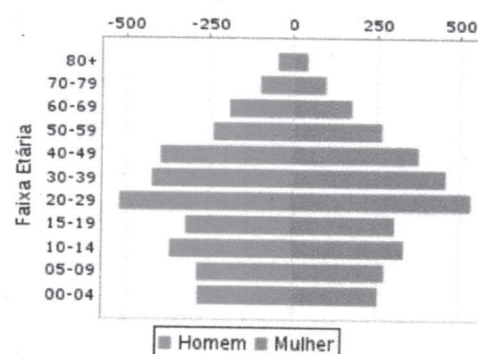
Obs.: O detalhamento apresentado abaixo tem como fonte o IBGE

População (ano 2012)	Qte	%
Total	6.271	100,00%

População do último Censo(ano 2010)	Qte	%
Branca	1.898	33,54%
Preta	238	3,64%
Amarela	117	1,79%
Parda	3.982	60,98%
Indígena	3	0,05%
Sem declaração	0	0,00%


População estimada de 2012 - Sexo e faixa etária

Faixa Etária	Homem	Mulher	Total
00-04	283	255	538
05-09	285	274	559
10-14	367	332	699
15-19	320	305	625
20-29	518	532	1.050
30-39	421	457	878
40-49	395	376	771
50-59	238	266	504
60-69	190	175	365
70-79	97	97	194
80+	46	42	88
Total	3.160	3.111	6.271

População - Perfil demográfico

Análise e considerações

OK

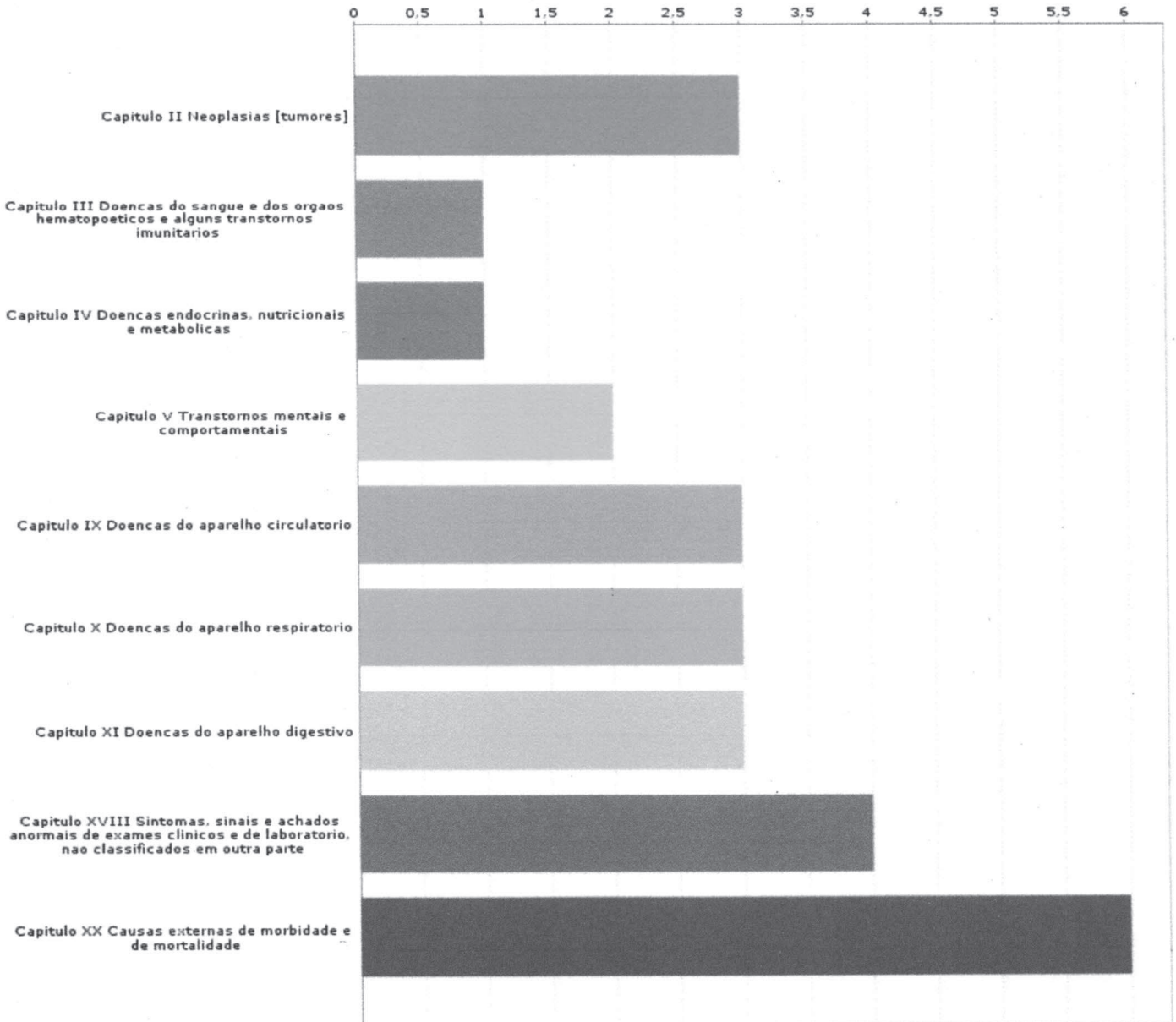
Texto com 3998 caracteres restantes

Dados Epidemiológicos

Mortalidade por grupos de causas, faixa etária e por residência (Fonte: Portal DATASUS Tabnet/SIM - 2016) - Última atualização: 06/03/2018 17:01:18

Mortalidade por Capítulo CID 10

	Faixa Etária												80 e mais	Total
	Menor 1	1 a 4	5 a 9	10 a 14	15 a 19	20 a 29	30 a 39	40 a 49	50 a 59	60 a 69	70 a 79			
Capítulo II Neoplasias [tumores]	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	0	3
Capítulo III Doenças do sangue e dos órgãos hematopoiéticos e alguns transtornos imunitários	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1
Capítulo IV Doenças endócrinas, nutricionais e metabólicas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1
Capítulo V Transtornos mentais e comportamentais	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0	0	2
Capítulo IX Doenças do aparelho circulatório	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	2	0	3
Capítulo X Doenças do aparelho respiratório	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	2	0	3
Capítulo XI Doenças do aparelho digestivo	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	1	0	3
Capítulo XVIII Sintomas, sinais e achados anormais de exames clínicos e de laboratório, não classificados em outra parte	0	0	0	0	0	0	0	2	0	1	1	0	0	4
Capítulo XX Causas externas de morbidade e de mortalidade	0	0	0	0	1	2	2	0	1	0	0	0	0	6
Total	0	0	0	0	1	2	3	3	2	2	7	6	0	26



Análise e considerações

OK

Nº PAGINA: 47
RUBRICA: 402

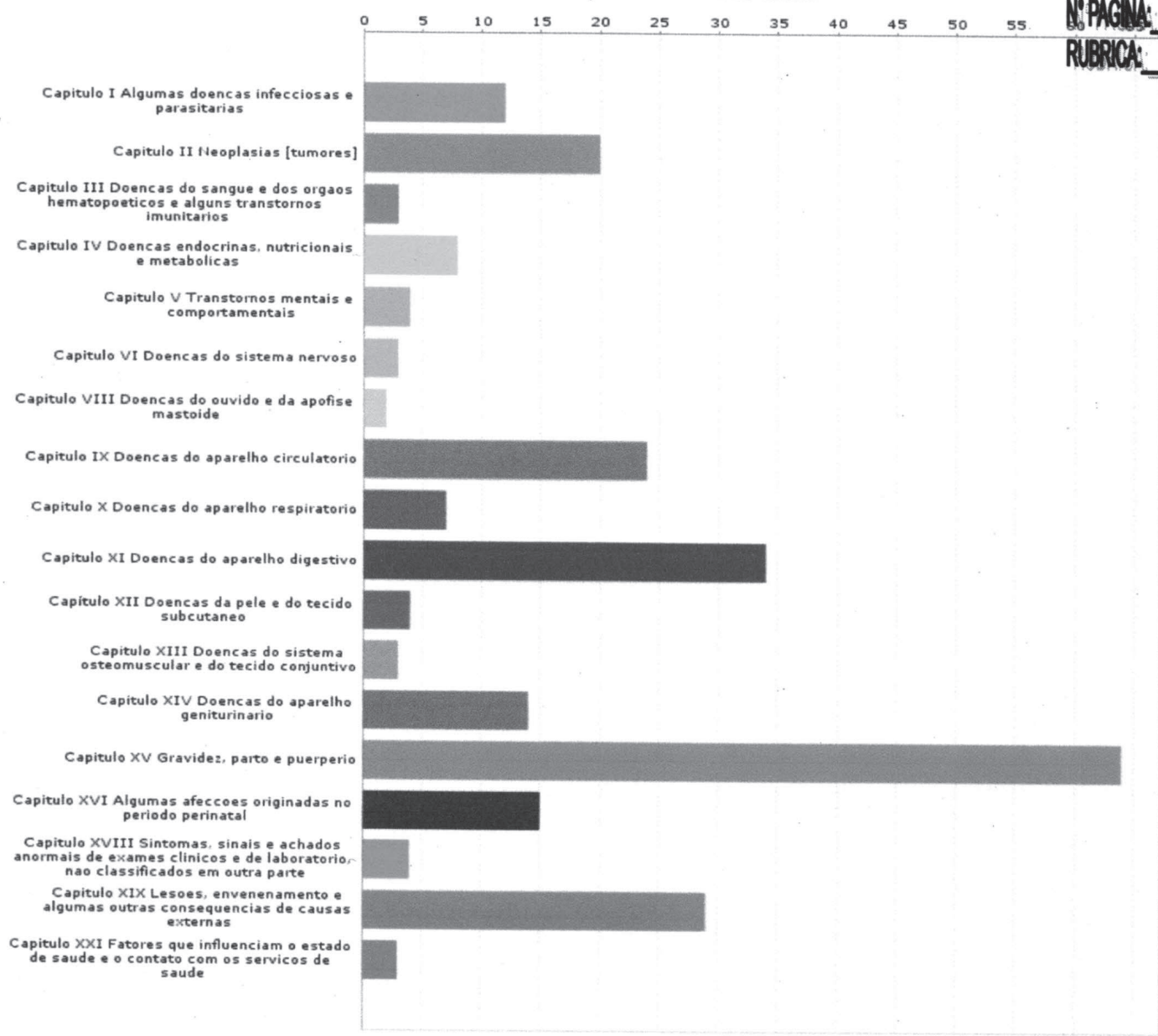
Texto com 3998 caracteres restantes

Morbidade Hospitalar por grupos de causas, faixa etária e por residência (Fonte: Portal DATASUS Tabnet/SIH - Jan a Dez - 2017) - Última atualização: 06/03/2018 17:01:18

Internações por Capítulo CID-10

	Faixa Etária												Total
	Menor 1	1 a 4	5 a 9	10 a 14	15 a 19	20 a 29	30 a 39	40 a 49	50 a 59	60 a 69	70 a 79	80 e mais	
Capítulo I Algumas doenças infecciosas e parasitárias	5	1	2	0	0	2	0	0	0	0	1	1	12
Capítulo II Neoplasias [tumores]	0	0	0	0	0	1	6	9	2	1	0	1	20
Capítulo III Doenças do sangue e dos órgãos hematopoiéticos e alguns transtornos imunitários	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0	1	0	3
Capítulo IV Doenças endócrinas, nutricionais e metabólicas	2	1	0	0	0	0	2	0	0	0	2	1	8
Capítulo V Transtornos mentais e comportamentais	0	0	0	0	0	1	0	1	2	0	0	0	4
Capítulo VI Doenças do sistema nervoso	1	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	3
Capítulo VIII Doenças do ouvido e da apófise mastoide	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	2
Capítulo IX Doenças do aparelho circulatório	0	0	0	0	0	1	5	7	3	2	4	2	24
Capítulo X Doenças do aparelho respiratório	3	1	0	0	0	0	1	0	1	0	1	0	7
Capítulo XI Doenças do aparelho digestivo	1	2	0	1	1	2	5	8	6	5	2	1	34
Capítulo XII Doenças da pele e do tecido subcutâneo	1	1	0	0	0	0	0	1	0	1	0	0	4
Capítulo XIII Doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo	0	0	0	0	0	1	0	2	0	0	0	0	3
Capítulo XIV Doenças do aparelho geniturinário	0	0	1	0	0	1	0	3	3	3	0	3	14
Capítulo XV Gravidez, parto e puerpério	0	0	0	1	19	31	12	1	0	0	0	0	64
Capítulo XVI Algumas afecções originadas no período perinatal	15	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	15
Capítulo XVIII Sintomas, sinais e achados anormais de exames clínicos e de laboratório, não classificados em outra parte	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	1	1	4
Capítulo XIX Lesões, envenenamento e algumas outras consequências de causas externas	1	0	0	1	3	11	4	6	1	2	0	0	29
Capítulo XXI Fatores que influenciam o estado de saúde e o contato com os serviços de saúde	0	0	0	0	0	0	0	1	2	0	0	0	3
Total	29	6	4	3	23	51	37	41	23	14	12	10	253





Análise e considerações

OK

Texto com 3998 caracteres restantes

Última consulta dos dados na fonte: 06/03/2018 17:00:29
Última gravação dos dados no sistema: 06/03/2018 17:01:18
A simples atualização dos dados não grava as informações.

ATUALIZAR GRAVAR IMPRIMIR

[assinatura]

SARGSUS

Sistema de Apoio ao Relatório de Gestão

**Relatório
Anual 2017**

Participação

Cursos

Perfil Gestor

Instituição: NOSSA SENHORA DE LOURDES / SE

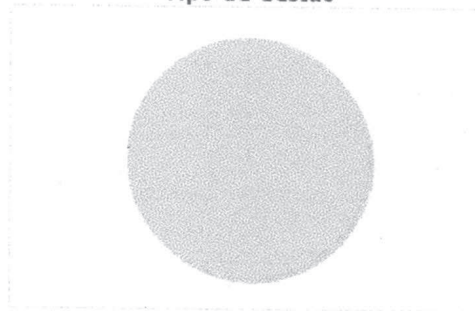
SE

Instituição: Orgão Gestor

Página Inicial / REDE FÍSICA DE SAÚDE, PÚBLICA E PRIVADA PRESTADORA DE SERVIÇO AO SUS

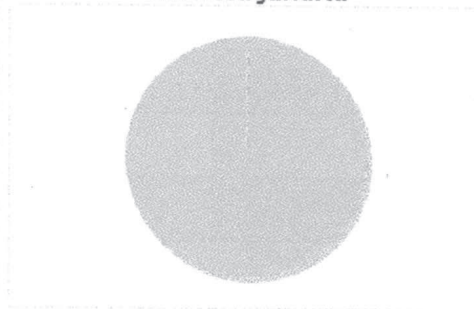
Olá LUZINEIDE R DA SILVA,
Seja bem-vindo(a) ao Sistema de Apoio ao Relatório de Gestão**REDE FÍSICA DE SAÚDE PÚBLICA E PRIVADA PRESTADORA DE SERVIÇOS AO SUS (Fonte: CNES)**

Tipo de Estabelecimento	Total	Tipo de Gestão		
		Municipal	Estadual	Dupla
POSTO DE SAUDE	2	2	0	0
CENTRO DE SAUDE/UNIDADE BASICA	2	2	0	0
SECRETARIA DE SAUDE	1	1	0	0
Total	5	5	0	0

Tipo de Gestão

■ Estadual 0,00% ■ Municipal 100,00% ■ Dupla 0,00%

Natureza Jurídica (Gerência)	Total	Tipo da Gestão		
		Municipal	Estadual	Dupla
MUNICIPAL	5	5	0	0
Total	5	5	0	0

Natureza Jurídica

■ Pública 100,00% ■ Privada 0,00%

Análise e Considerações

OK

Texto com 3998 caracteres restantes

Última consulta dos dados na fonte: 06/03/2018 17:01:52

Última gravação dos dados no sistema: 06/03/2018

17:02:02

A simples atualização dos dados não grava as informações.

REDE FÍSICA DE SAÚDE PRESTADORA

Olá **LUZINEIDE R DA SILVA**,
Seja bem-vindo(a) ao Sistema de Apoio ao Relatório de Gestão

Profissionais SUS

PROFISSIONAIS SUS (Fonte: CNES)

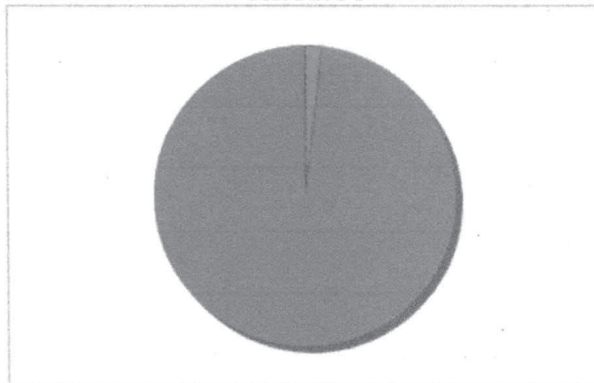
BOLSA

Tipo	Total
BOLSISTA	1
TOTAL	1

VINCULO EMPREGATICIO

Tipo	Total
CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO	18
ESTATUTARIO	34
TOTAL	52

Vínculos



● BOLSA ● VINCULO EMPREGATICIO

Análise e Considerações

OK

Texto com 3998 caracteres restantes

Última gravação dos dados no sistema: 06/03/2018 17:02:27
Última consulta dos dados na fonte: 06/03/2018 17:02:09
A simples atualização dos dados não grava as informações.

ATUALIZAR GRAVAR IMPRIMIR



INDICADORES FINANCEIROS

SIOPS – BIMESTRAIS

1º bimestre 2017

2º bimestre 2017

3º bimestre 2017

4º bimestre 2017

5º bimestre 2017

6º bimestre 2017

Handwritten signature

Demonstrativo da Lei de Responsabilidade Fiscal

UF: Sergipe

MUNICÍPIO: Nossa Senhora de Lourdes

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
1º Bimestre de 2017
Dados Homologados em 12/06/17 14:27:09

RREO - ANEXO 12 (LC141/2012, art.35) R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a) x 100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	417.000,00	417.000,00	12.341,76	2,95
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	11.000,00	11.000,00	975,38	8,86
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	27.000,00	27.000,00	0,00	0,00
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	116.000,00	116.000,00	11.366,38	9,79
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	255.000,00	255.000,00	0,00	0,00
Imposto Territorial Rural - ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00
Dívida Ativa dos Impostos	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	10.913.000,00	10.913.000,00	2.009.163,02	18,42
Cota-Parte FPM	8.129.000,00	8.129.000,00	1.452.254,82	17,86
Cota-Parte ITR	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00
Cota-Parte IPVA	68.000,00	68.000,00	35.966,43	52,89
Cota-Parte ICMS	2.710.000,00	2.710.000,00	520.692,89	19,21
Cota-Parte IPI-Exportação	3.000,00	3.000,00	160,14	5,33
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	0,00	0,00	88,74	0,00
Desoneração ICMS (LC 87/96)	0,00	0,00	88,74	0,00
Outras	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	11.330.000,00	11.330.000,00	2.021.504,78	17,85

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c) x 100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	1.827.000,00	1.827.000,00	167.455,25	9,17
Provenientes da União	1.451.000,00	1.451.000,00	164.847,50	11,36
Provenientes dos Estados	198.000,00	198.000,00	0,00	0,00
Provenientes de Outros Municípios	166.000,00	166.000,00	0,00	0,00
Outras Receitas do SUS	12.000,00	12.000,00	2.607,75	21,73
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	1.827.000,00	1.827.000,00	167.455,25	9,16

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza de Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e) x 100	Até o Bimestre (g)	% (g/e) x 100
DESPESAS CORRENTES	3.829.000,00	3.849.000,00	2.192.792,02	56,97	437.221,77	11,35
Pessoal e Encargos Sociais	2.142.000,00	2.148.000,00	1.437.688,49	66,93	375.610,23	17,48
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	1.687.000,00	1.701.000,00	755.103,53	44,39	61.611,54	3,62
DESPESAS DE CAPITAL	79.000,00	59.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	79.000,00	59.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	3.908.000,00	3.908.000,00	2.192.792,02	56,10	437.221,77	11,18

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	% (h/IVf) x 100	Até o Bimestre (i)	% (i/IVg) x 100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	N/A	N/A	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	N/A	N/A	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	N/A	N/A	888.873,39	40,54	265.637,94	60,76
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	N/A	N/A	888.873,39	40,54	265.637,94	60,76
Recursos de Operações de Crédito	N/A	N/A	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	N/A	N/A	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	N/A	N/A	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²	N/A	N/A	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE NÃO FOI APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES³	N/A	N/A	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	N/A	N/A	888.873,39	40,54	265.637,94	60,76

TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	N/A	1.303.918,63	59,46	171.583,83	39,24
---	-----	--------------	-------	------------	-------

PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VI / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% ⁴ e 5	8,48
---	------

VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [(VII - (15*IIIb))/100] ⁶	-131.641,89
---	-------------

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
Inscritos em 2017	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Inscritos em 2016	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2015	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2014	165.805,21	0,00	0,00	165.805,21	0,00
Inscritos em 2013	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2012	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	165.804,21	0,00	0,00	165.805,21	0,00

CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, § 1º e 2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS		
	Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (j)	Saldo Final (Não Aplicado)
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2017	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2016	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2015	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2014	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2013	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2012	0,00	0,00	0,00
Total (VIII)	0,00	0,00	0,00

CONTROLE DE VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 e 26	LIMITE NÃO CUMPRIDO		
	Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (k)	Saldo Final (Não Aplicado)
Diferença de limite não cumprido em 2016	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2015	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2014	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2013	0,00	0,00	0,00
Total (IX)	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (l)	% (l/total l) x 100	Até o Bimestre (m)	% (m/total m) x 100
Atenção Básica	3.894.000,00	3.894.000,00	2.192.792,02	100,00	437.221,77	100,00
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Suporte Profilático e Terapêutico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vigilância Sanitária	8.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vigilância Epidemiológica	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alimentação e Nutrição	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Subfunções	0,00	8.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	3.908.000,00	3.908.000,00	2.192.792,02	100,00	437.221,77	100,00

Demonstrativo da Lei de Responsabilidade Fiscal

UF: Sergipe

MUNICÍPIO: Nossa Senhora de Lourdes

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

2º Bimestre de 2017

Dados Homologados em 13/06/17 15:03:51

RREO - ANEXO 12 (LC141/2012, art.35) R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a) x 100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	416.000,00	416.000,00	41.663,13	10,01
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	11.000,00	11.000,00	1.268,18	11,52
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	27.000,00	27.000,00	11.960,00	44,29
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	116.000,00	116.000,00	28.270,05	24,37
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	255.000,00	255.000,00	164,90	0,06
Imposto Territorial Rural - ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00
Dívida Ativa dos Impostos	4.000,00	4.000,00	0,00	0,00
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	10.914.000,00	10.914.000,00	3.587.450,60	32,88
Cota-Parte FPM	8.129.000,00	8.129.000,00	2.579.568,30	31,73
Cota-Parte ITR	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00
Cota-Parte IPVA	68.000,00	68.000,00	45.929,24	67,54
Cota-Parte ICMS	2.710.000,00	2.710.000,00	961.304,31	35,47
Cota-Parte IPI-Exportação	3.000,00	3.000,00	471,27	15,70
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	1.000,00	1.000,00	177,48	17,74
Desoneração ICMS (LC 87/96)	1.000,00	1.000,00	177,48	17,74
Outras	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	11.330.000,00	11.330.000,00	3.629.113,73	32,04

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c) x 100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	1.846.000,00	1.846.000,00	356.785,75	19,33
Provenientes da União	1.471.000,00	1.471.000,00	350.365,17	23,81
Provenientes dos Estados	198.000,00	198.000,00	0,00	0,00
Provenientes de Outros Municípios	166.000,00	166.000,00	0,00	0,00
Outras Receitas do SUS	11.000,00	11.000,00	6.420,58	58,36
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	1.846.000,00	1.846.000,00	356.785,75	19,33

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza de Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e) x 100	Até o Bimestre (g)	% (g/e) x 100
DESPESAS CORRENTES	3.829.000,00	3.756.000,00	2.940.660,57	78,29	885.858,32	23,58
Pessoal e Encargos Sociais	2.142.000,00	1.924.300,00	1.477.688,49	76,79	626.877,44	32,57
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	1.687.000,00	1.831.700,00	1.462.972,08	79,86	259.180,88	14,14
DESPESAS DE CAPITAL	79.000,00	152.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	79.000,00	152.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	3.908.000,00	3.908.000,00	2.940.660,57	75,25	885.858,32	22,66

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	% (h / IVf) x 100	Até o Bimestre (i)	% (i/IVg) x 100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	N/A	N/A	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	N/A	N/A	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	N/A	N/A	1.056.068,78	35,91	471.570,94	53,23
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	N/A	N/A	1.056.068,78	35,91	471.570,94	53,23
Recursos de Operações de Crédito	N/A	N/A	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	N/A	N/A	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	N/A	N/A	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²	N/A	N/A	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE NÃO FOI APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES³	N/A	N/A	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	N/A	N/A	1.056.068,78	35,91	471.570,94	53,23

TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	N/A	1.884.591,79	64,09	414.287,38	46,77
---	-----	--------------	-------	------------	-------

PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VII / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5	11,41
---	-------

VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [(VII - (15*IIIb)/100)]/6	-130.079,68
--	-------------

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
Inscritos em 2017	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Inscritos em 2016	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2015	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2014	165.805,21	0,00	0,00	165.805,21	0,00
Inscritos em 2013	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2012	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	165.804,21	0,00	0,00	165.805,21	0,00

CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, § 1º e 2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS		
	Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (j)	Saldo Final (Não Aplicado)
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2017	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2016	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2015	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2014	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2013	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2012	N/A	N/A	N/A
Total (VIII)	0,00	0,00	0,00

CONTROLE DE VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 e 26	LIMITE NÃO CUMPRIDO		
	Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (k)	Saldo Final (Não Aplicado)
Diferença de limite não cumprido em 2016	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2015	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2014	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2013	0,00	0,00	0,00
Total (IX)	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (l)	% (l/total l) x 100	Até o Bimestre (m)	% (m/total m) x 100
Atenção Básica	3.894.000,00	3.894.000,00	2.940.660,57	100,00	885.858,32	100,00
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Suporte Profilático e Terapêutico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vigilância Sanitária	8.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vigilância Epidemiológica	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alimentação e Nutrição	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Subfunções	0,00	8.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	3.908.000,00	3.908.000,00	2.940.660,57	100,00	885.858,32	100,00

Demonstrativo da Lei de Responsabilidade Fiscal

UF: Sergipe

MUNICÍPIO: Nossa Senhora de Lourdes

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
3º Bimestre de 2017
Dados Homologados em 06/11/17 12:42:28

RREO - ANEXO 12 (LC141/2012, art 35) R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b / a) x 100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	416.000,00	416.000,00	51.704,48	12,42
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	11.000,00	11.000,00	1.331,47	12,10
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	27.000,00	27.000,00	14.420,00	53,40
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	116.000,00	116.000,00	35.788,11	30,85
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	255.000,00	255.000,00	164,90	0,06
Imposto Territorial Rural - ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00
Dívida Ativa dos Impostos	4.000,00	4.000,00	0,00	0,00
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	10.914.000,00	10.914.000,00	5.385.641,00	49,35
Cota-Parte FPM	8.129.000,00	8.129.000,00	3.921.864,86	48,24
Cota-Parte ITR	3.000,00	3.000,00	271,56	9,05
Cota-Parte IPVA	68.000,00	68.000,00	56.939,31	83,73
Cota-Parte ICMS	2.710.000,00	2.710.000,00	1.405.484,64	51,86
Cota-Parte IPI-Exportação	3.000,00	3.000,00	814,41	27,14
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	1.000,00	1.000,00	266,22	26,62
Desoneração ICMS (LC 87/96)	1.000,00	1.000,00	266,22	26,62
Outras	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	11.330.000,00	11.330.000,00	5.437.345,48	48,00

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d / c) x 100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	1.540.000,00	1.540.000,00	546.699,20	35,50
Provenientes da União	1.451.000,00	1.451.000,00	534.081,99	36,80
Provenientes dos Estados	35.000,00	35.000,00	0,00	0,00
Provenientes de Outros Municípios	7.000,00	7.000,00	0,00	0,00
Outras Receitas do SUS	47.000,00	47.000,00	12.617,21	26,84
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	14.000,00	14.000,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	1.554.000,00	1.554.000,00	546.699,20	35,18
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	1.554.000,00	1.554.000,00	546.699,20	35,18

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza de Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f / e) x 100	Até o Bimestre (g)	% (g / e) x 100
DESPESAS CORRENTES	3.829.000,00	3.590.400,00	3.101.354,79	86,38	1.373.421,40	38,25
Pessoal e Encargos Sociais	2.142.000,00	1.725.700,00	1.517.188,49	87,91	866.800,78	50,22
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	1.687.000,00	1.864.700,00	1.584.166,30	84,95	506.620,62	27,16
DESPESAS DE CAPITAL	79.000,00	317.600,00	156.770,16	49,36	117.000,00	36,83
Investimentos	79.000,00	317.600,00	156.770,16	49,36	117.000,00	36,84
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	3.908.000,00	3.908.000,00	3.258.124,95	83,37	1.490.421,40	38,13

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	% (h / IVf) x 100	Até o Bimestre (i)	% (i/IVg) x 100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	N/A	N/A	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	N/A	N/A	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	N/A	N/A	1.215.915,48	37,32	753.345,82	50,55
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	N/A	N/A	1.215.915,48	37,32	753.345,82	50,55
Recursos de Operações de Crédito	N/A	N/A	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	N/A	N/A	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	N/A	N/A	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²	N/A	N/A	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE NÃO FOI APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES³	N/A	N/A	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	N/A	N/A	1.215.915,48	37,32	753.345,82	50,55

TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	N/A	2.042.209,47	62,68	737.075,58	49,45
--	-----	--------------	-------	------------	-------

PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VI / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% e 5	13,55
---	-------

VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [(VII - (15*IIIb)/100)]b	-78.526,24
--	------------

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
Inscritos em 2017	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Inscritos em 2016	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2015	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2014	165.805,21	0,00	0,00	165.805,21	0,00
Inscritos em 2013	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2012	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	165.804,21	0,00	0,00	165.805,21	0,00

CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, § 1º e 2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS		
	Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (j)	Saldo Final (Não Aplicado)
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2017	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2016	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2015	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2014	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2013	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2012	0,00	0,00	0,00
Total (VIII)	0,00	0,00	0,00

CONTROLE DE VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 e 26	LIMITE NÃO CUMPRIDO		
	Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (k)	Saldo Final (Não Aplicado)
Diferença de limite não cumprido em 2016	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2015	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2014	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2013	0,00	0,00	0,00
Total (IX)	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (l)	% (l/total l) x 100	Até o Bimestre (m)	% (m/total m) x 100
Atenção Básica	3.894.000,00	3.894.000,00	3.258.124,95	100,00	1.490.421,40	100,00
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Suporte Profilático e Terapêutico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vigilância Sanitária	8.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vigilância Epidemiológica	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alimentação e Nutrição	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Subfunções	0,00	8.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	3.908.000,00	3.908.000,00	3.258.124,95	100,00	1.490.421,40	100,00

Demonstrativo da Lei de Responsabilidade Fiscal

UF: Sergipe

MUNICÍPIO: Nossa Senhora de Lourdes

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

3º Bimestre de 2017

Dados Homologados em 06/11/17 12:42:28

RREO - ANEXO 12 (LC141/2012, art 35) R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b / a) x 100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	416.000,00	416.000,00	51.704,48	12,42
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	11.000,00	11.000,00	1.331,47	12,10
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	27.000,00	27.000,00	14.420,00	53,40
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	116.000,00	116.000,00	35.788,11	30,85
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	255.000,00	255.000,00	164,90	0,06
Imposto Territorial Rural - ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00
Dívida Ativa dos Impostos	4.000,00	4.000,00	0,00	0,00
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	10.914.000,00	10.914.000,00	5.385.641,00	49,35
Cota-Parte FPM	8.129.000,00	8.129.000,00	3.921.864,86	48,24
Cota-Parte ITR	3.000,00	3.000,00	271,56	9,05
Cota-Parte IPVA	68.000,00	68.000,00	65.939,31	83,73
Cota-Parte ICMS	2.710.000,00	2.710.000,00	1.405.484,64	51,86
Cota-Parte IPI-Exportação	3.000,00	3.000,00	814,41	27,14
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	1.000,00	1.000,00	266,22	26,62
Desoneração ICMS (LC 87/96)	1.000,00	1.000,00	266,22	26,62
Outras	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	11.330.000,00	11.330.000,00	5.437.345,48	48,00

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d / c) x 100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	1.540.000,00	1.540.000,00	546.699,20	35,50
Provenientes da União	1.451.000,00	1.451.000,00	534.081,99	36,80
Provenientes dos Estados	35.000,00	35.000,00	0,00	0,00
Provenientes de Outros Municípios	7.000,00	7.000,00	0,00	0,00
Outras Receitas do SUS	47.000,00	47.000,00	12.617,21	26,84
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	14.000,00	14.000,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	1.554.000,00	1.554.000,00	546.699,20	35,18

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza de Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f / e) x 100	Até o Bimestre (g)	% (g / e) x 100
DESPESAS CORRENTES	3.829.000,00	3.590.400,00	3.101.354,79	86,38	1.373.421,40	38,25
Pessoal e Encargos Sociais	2.142.000,00	1.725.700,00	1.517.188,49	87,91	866.800,78	50,22
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	1.687.000,00	1.864.700,00	1.584.166,30	84,95	506.620,62	27,16
DESPESAS DE CAPITAL	79.000,00	317.600,00	156.770,16	49,36	117.000,00	36,83
Investimentos	79.000,00	317.600,00	156.770,16	49,36	117.000,00	36,84
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	3.908.000,00	3.908.000,00	3.258.124,95	83,37	1.490.421,40	38,13

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	% (h / IVf) x 100	Até o Bimestre (i)	% (i / IVg) x 100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	N/A	N/A	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	N/A	N/A	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	N/A	N/A	1.215.915,48	37,32	753.345,82	50,55
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	N/A	N/A	1.215.915,48	37,32	753.345,82	50,55
Recursos de Operações de Crédito	N/A	N/A	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	N/A	N/A	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	N/A	N/A	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA*	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS*	N/A	N/A	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE NÃO FOI APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES*	N/A	N/A	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)		N/A	1.215.915,48	37,32	753.345,82	50,55

TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	N/A	2.042.209,47	62,68	737.075,58	49,45
--	-----	--------------	-------	------------	-------

PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VI / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% e 5	13,55
---	-------

VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [(VII - (15*IIIb)/100)]/6	-78.526,24
---	------------

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
Inscritos em 2017	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Inscritos em 2016	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2015	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2014	165.805,21	0,00	0,00	165.805,21	0,00
Inscritos em 2013	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2012	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	165.804,21	0,00	0,00	165.805,21	0,00

CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, § 1º e 2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS		
	Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (j)	Saldo Final (Não Aplicado)
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2017	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2016	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2015	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2014	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2013	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2012	N/A	N/A	N/A
Total (VIII)	0,00	0,00	0,00

CONTROLE DE VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 e 26	LIMITE NÃO CUMPRIDO		
	Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (k)	Saldo Final (Não Aplicado)
Diferença de limite não cumprido em 2016	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2015	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2014	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2013	0,00	0,00	0,00
Total (IX)	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (l)	% (l/total l) x 100	Até o Bimestre (m)	% (m/total m) x 100
Atenção Básica	3.894.000,00	3.894.000,00	3.258.124,95	100,00	1.490.421,40	100,00
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Suporte Profilático e Terapêutico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vigilância Sanitária	8.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vigilância Epidemiológica	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alimentação e Nutrição	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Subfunções	0,00	8.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	3.908.000,00	3.908.000,00	3.258.124,95	100,00	1.490.421,40	100,00

Demonstrativo da Lei de Responsabilidade Fiscal

Nº PÁGINA: 60
RUBRICA: 1050

UF: Sergipe

MUNICÍPIO: Nossa Senhora de Lourdes

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

4º Bimestre de 2017

Dados Homologados em 06/11/17 12:43:11

RREO - ANEXO 12 (LC141/2012, art.35) R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a) x 100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)				
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	416.000,00	416.000,00	68.699,70	16,51
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	11.000,00	11.000,00	1.618,73	14,71
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	27.000,00	27.000,00	1.400,00	64,44
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	116.000,00	116.000,00	49.087,49	42,31
Imposto Territorial Rural - ITR	255.000,00	255.000,00	593,48	0,23
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Ativa dos Impostos	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	4.000,00	4.000,00	0,00	0,00
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)				
Cota-Parte FPM	10.914.000,00	10.914.000,00	6.814.842,68	62,45
Cota-Parte ITR	8.129.000,00	8.129.000,00	4.983.205,00	61,30
Cota-Parte IPVA	3.000,00	3.000,00	494,66	16,48
Cota-Parte ICMS	68.000,00	68.000,00	68.648,91	100,95
Cota-Parte IPI-Exportação	2.710.000,00	2.710.000,00	1.760.974,73	64,98
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	3.000,00	3.000,00	1.164,42	38,81
Desoneração ICMS (LC 87/96)	1.000,00	1.000,00	354,96	35,49
Outras	1.000,00	1.000,00	354,96	35,49
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	11.330.000,00	11.330.000,00	6.883.542,38	60,76

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c) x 100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS				
Provenientes da União	1.789.000,00	1.789.000,00	728.376,86	40,71
Provenientes dos Estados	1.526.000,00	1.526.000,00	709.520,57	46,49
Provenientes de Outros Municípios	198.000,00	198.000,00	2.560,20	1,29
Outras Receitas do SUS	27.000,00	27.000,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS	38.000,00	38.000,00	16.296,09	42,88
RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	1.789.000,00	1.789.000,00	728.376,86	40,71

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza de Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e) x 100	Até o Bimestre (g)	% (g/e) x 100
DESPESAS CORRENTES	3.829.000,00	3.595.400,00	3.289.811,92	91,50	1.946.014,15	54,12
Pessoal e Encargos Sociais	2.142.000,00	1.641.700,00	1.561.027,42	95,08	1.169.283,79	71,21
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	1.687.000,00	1.953.700,00	1.728.784,50	88,48	776.730,36	39,75
DESPESAS DE CAPITAL	79.000,00	312.600,00	283.431,23	90,67	243.661,07	77,94
Investimentos	79.000,00	312.600,00	283.431,23	90,67	243.661,07	77,95
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	3.908.000,00	3.908.000,00	3.573.243,15	91,43	2.189.675,22	56,03

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		
			Até o Bimestre (h)	% (h/IVf) x 100	Até o Bimestre (i)	% (i/IVg) x 100	
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	N/A			0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	N/A			0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	N/A			1.271.015,48	35,57	983.093,59	44,90
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	N/A			1.271.015,48	35,57	983.093,59	44,90
Recursos de Operações de Crédito	N/A			0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	N/A			0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	N/A			0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA*	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS*	N/A	N/A		0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE NÃO FOI APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES*	N/A	N/A		0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)		N/A		1.271.015,48	35,57	983.093,59	44,90

TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	N/A	2.302.227,67	64,43	1.206.581,63	55,10
---	-----	--------------	-------	--------------	-------

PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VII / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5	17,52
---	-------

VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [(VII - (15*IIIb)/100)]/6	174.050,27
--	------------

Abelina

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
Inscritos em 2017	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Inscritos em 2016	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2015	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2014	165.805,21	0,00	0,00	165.805,21	0,00
Inscritos em 2013	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2012	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	165.804,21	0,00	0,00	165.805,21	0,00

CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, § 1º e 2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS		
	Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (j)	Saldo Final (Não Aplicado)
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2017	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2016	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2015	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2014	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2013	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2012	N/A	N/A	N/A
Total (VIII)	0,00	0,00	0,00

CONTROLE DE VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 e 26	LIMITE NÃO CUMPRIDO		
	Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (k)	Saldo Final (Não Aplicado)
Diferença de limite não cumprido em 2016	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2015	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2014	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2013	0,00	0,00	0,00
Total (IX)	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (l)	% (l/total l) x 100	Até o Bimestre (m)	% (m/total m) x 100
Atenção Básica	3.894.000,00	3.894.000,00	3.573.243,15	100,00	2.189.675,22	100,00
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Suporte Profilático e Terapêutico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vigilância Sanitária	8.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vigilância Epidemiológica	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alimentação e Nutrição	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Subfunções	0,00	8.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	3.908.000,00	3.908.000,00	3.573.243,15	100,00	2.189.675,22	100,00

Demonstrativo da Lei de Responsabilidade Fiscal

UF: Sergipe

MUNICÍPIO: Nossa Senhora de Lourdes

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
5º Bimestre de 2017
Dados Homologados em 01/12/17 10:31:52

RREO - ANEXO 12 (LC141/2012, art.35) R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a) x 100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	415.000,00	415.000,00	93.224,43	22,46
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	11.000,00	11.000,00	1.664,41	15,13
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	27.000,00	27.000,00	22.180,00	84,37
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	116.000,00	116.000,00	67.157,90	58,41
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	255.000,00	255.000,00	1.022,06	0,40
Imposto Territorial Rural - ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00
Dívida Ativa dos Impostos	4.000,00	4.000,00	0,00	0,00
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	10.914.000,00	10.914.000,00	8.267.366,41	75,76
Cota-Parte FPM	8.129.000,00	8.129.000,00	5.993.501,23	73,72
Cota-Parte ITR	3.000,00	3.000,00	907,63	30,25
Cota-Parte IPVA	68.000,00	68.000,00	87.706,15	128,97
Cota-Parte ICMS	2.710.000,00	2.710.000,00	2.183.281,83	80,56
Cota-Parte IPI-Exportação	3.000,00	3.000,00	1.525,87	50,86
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	1.000,00	1.000,00	443,70	44,36
Desoneração ICMS (LC 87/96)	1.000,00	1.000,00	443,70	44,36
Outras	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	11.329.000,00	11.329.000,00	8.360.590,84	73,80

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c) x 100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	2.277.000,00	2.277.000,00	1.589.252,62	69,80
Provenientes da União	2.010.000,00	2.010.000,00	1.569.079,45	78,06
Provenientes dos Estados	198.000,00	198.000,00	2.560,20	1,29
Provenientes de Outros Municípios	27.000,00	27.000,00	0,00	0,00
Outras Receitas do SUS	42.000,00	42.000,00	17.612,97	41,93
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	2.277.000,00	2.277.000,00	1.589.252,62	69,79

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza de Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e) x 100	Até o Bimestre (g)	% (g/e) x 100
DESPESAS CORRENTES	3.820.000,00	3.600.600,00	3.559.474,96	98,86	2.503.584,57	69,53
Pessoal e Encargos Sociais	2.137.000,00	1.643.000,00	1.632.188,49	99,34	1.399.829,60	85,20
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	1.683.000,00	1.957.600,00	1.927.286,47	98,45	1.103.754,97	56,38
DESPESAS DE CAPITAL	88.000,00	307.400,00	303.700,16	98,80	203.240,30	66,11
Investimentos	88.000,00	307.400,00	303.700,16	98,80	203.240,30	66,12
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	3.908.000,00	3.908.000,00	3.863.175,12	98,84	2.706.824,87	69,26

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	% (h/IVf) x 100	Até o Bimestre (i)	% (i/IVg) x 100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	N/A	N/A	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	N/A	N/A	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	N/A	N/A	1.396.451,48	36,15	1.196.975,57	44,22
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	N/A	N/A	1.396.451,48	36,15	1.196.975,57	44,22
Recursos de Operações de Crédito	N/A	N/A	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	N/A	N/A	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	N/A	N/A	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²	N/A	N/A	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE NÃO FOI APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES³	N/A	N/A	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	N/A	N/A	1.396.451,48	36,15	1.196.975,57	44,22

TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	N/A	2.466.723,64	63,85	1.509.849,30	55,78
---	-----	--------------	-------	--------------	-------

PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VII / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% e 5	18,05
---	-------

VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [(VII - (15*IIIb)/100)]b	255.760,67
---	------------

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
Inscritos em 2017	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Inscritos em 2016	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2015	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2014	165.805,21	0,00	0,00	165.805,21	0,00
Inscritos em 2013	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2012	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	165.804,21	0,00	0,00	165.805,21	0,00

CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, § 1º e 2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS		
	Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (j)	Saldo Final (Não Aplicado)
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2017	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2016	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2015	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2014	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2013	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2012	0,00	0,00	0,00
Total (VIII)	0,00	0,00	0,00

CONTROLE DE VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 e 26	LIMITE NÃO CUMPRIDO		
	Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (k)	Saldo Final (Não Aplicado)
Diferença de limite não cumprido em 2016	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2015	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2014	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2013	0,00	0,00	0,00
Total (IX)	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (l)	% (l/total l) x 100	Até o Bimestre (m)	% (m/total m) x 100
Atenção Básica	3.894.000,00	3.908.000,00	3.863.175,12	100,00	2.706.824,87	100,00
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Suporte Profilático e Terapêutico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vigilância Sanitária	8.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vigilância Epidemiológica	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alimentação e Nutrição	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	3.908.000,00	3.908.000,00	3.863.175,12	100,00	2.706.824,87	100,00

Demonstrativo da Lei de Responsabilidade Fiscal

Nº PAGINA: 64
RUBRICA: 1550

UF: Sergipe

MUNICÍPIO: Nossa Senhora de Lourdes

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Exercício de 2017

Dados Homologados em 23/02/18 09:26:47

RREO - ANEXO 12 (LC141/2012, art.35) R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a) x 100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	416.000,00	416.000,00	353.597,92	84,99
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	11.000,00	11.000,00	5.876,83	53,42
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	27.000,00	27.000,00	23.180,00	85,85
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	116.000,00	116.000,00	118.725,44	102,34
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	255.000,00	255.000,00	205.815,65	80,71
Imposto Territorial Rural - ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00
Dívida Ativa dos Impostos	4.000,00	4.000,00	0,00	0,00
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	10.914.000,00	10.914.000,00	10.731.019,91	98,33
Cota-Parte FPM	8.129.000,00	8.129.000,00	7.941.793,73	97,69
Cota-Parte ITR	3.000,00	3.000,00	1.225,79	40,85
Cota-Parte IPVA	68.000,00	68.000,00	102.009,25	150,01
Cota-Parte ICMS	2.710.000,00	2.710.000,00	2.683.553,07	99,02
Cota-Parte IPI-Exportação	3.000,00	3.000,00	1.905,63	63,52
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	1.000,00	1.000,00	532,44	53,24
Desoneração ICMS (LC 87/96) Outras	1.000,00	1.000,00	532,44	53,24
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	11.330.000,00	11.330.000,00	11.084.617,83	97,84

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c) x 100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	1.848.000,00	1.848.000,00	1.911.660,62	103,44
Provenientes da União	1.451.000,00	1.451.000,00	1.851.315,02	127,58
Provenientes dos Estados	198.000,00	198.000,00	39.417,36	19,91
Provenientes de Outros Municípios	166.000,00	166.000,00	0,00	0,00
Outras Receitas do SUS	33.000,00	33.000,00	20.928,24	63,41
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	1.848.000,00	1.848.000,00	1.911.660,62	103,44

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza de Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EXECUTADAS		
			Liquidadas Até o Bimestre (f)	Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g)	% (f+g)/e
DESPESAS CORRENTES	3.829.000,00	3.603.000,00	3.147.065,58	190.678,01	92,64
Pessoal e Encargos Sociais	2.142.000,00	1.860.400,00	1.687.229,16	113.905,06	95,81
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	1.687.000,00	1.742.600,00	1.459.836,42	76.772,95	88,18
DESPESAS DE CAPITAL	79.000,00	305.000,00	206.318,30	0,00	67,65
Investimentos	79.000,00	305.000,00	206.318,30	0,00	67,65
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	3.908.000,00	3.908.000,00	3.544.061,89	90,69	

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADAS		
			Liquidadas Até o Bimestre (h)	Inscritas em Restos a Pagar não Processados (i)	% [(h+i)/IV(f+g)]
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	N/A	N/A	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	N/A	N/A	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	N/A	N/A	1.436.596,31	76.763,35	42,70
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	N/A	N/A	1.436.596,31	76.763,35	42,70
Recursos de Operações de Crédito	N/A	N/A	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	N/A	N/A	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	N/A	N/A	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ¹	N/A	N/A	N/A	113.914,86	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS ²	N/A	N/A	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE NÃO FOI APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES ³	N/A	N/A	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	N/A	N/A	1.627.274,32	45,92	

TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = [(IV(f+g)-V(h+i))]

N/A

1.916.787,57

-

PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VIII) = (VIII) / (III) x 100
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [(VI/(n+1)) - (15*IIIb)/100]

Nº PAGINA: 29/65
RUBRICA: 254.094.000

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
Inscritos em 2017	0,00	N/A	N/A	N/A	0,00
Inscritos em 2016	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2015	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2014	165.805,21	0,00	0,00	165.805,21	0,00
Inscritos em 2013	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2012	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	165.805,21	0,00	0,00	165.805,21	0,00

CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, § 1º e 2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS		
	Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (j)	Saldo Final (Não Aplicado)
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2017	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2016	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2015	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2014	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2013	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2012	N/A	N/A	N/A
Total (VIII)	0,00	0,00	0,00

CONTROLE DE VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 e 26	LIMITE NÃO CUMPRIDO		
	Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (k)	Saldo Final (Não Aplicado)
Diferença de limite não cumprido em 2016	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2015	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2014	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2013	0,00	0,00	0,00
Total (IX)	0,00	0,00	0,00

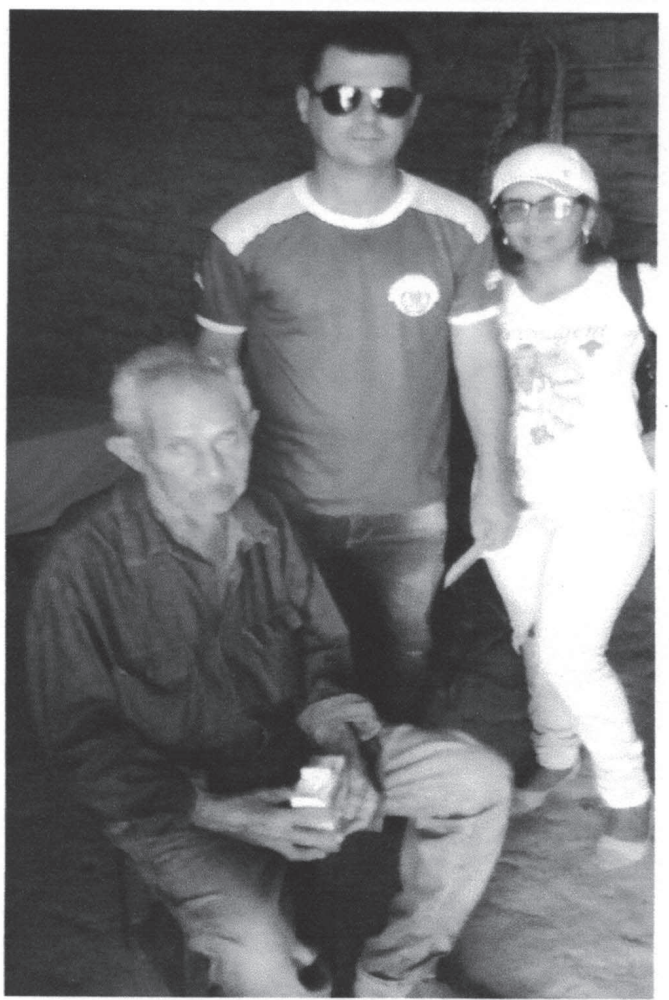
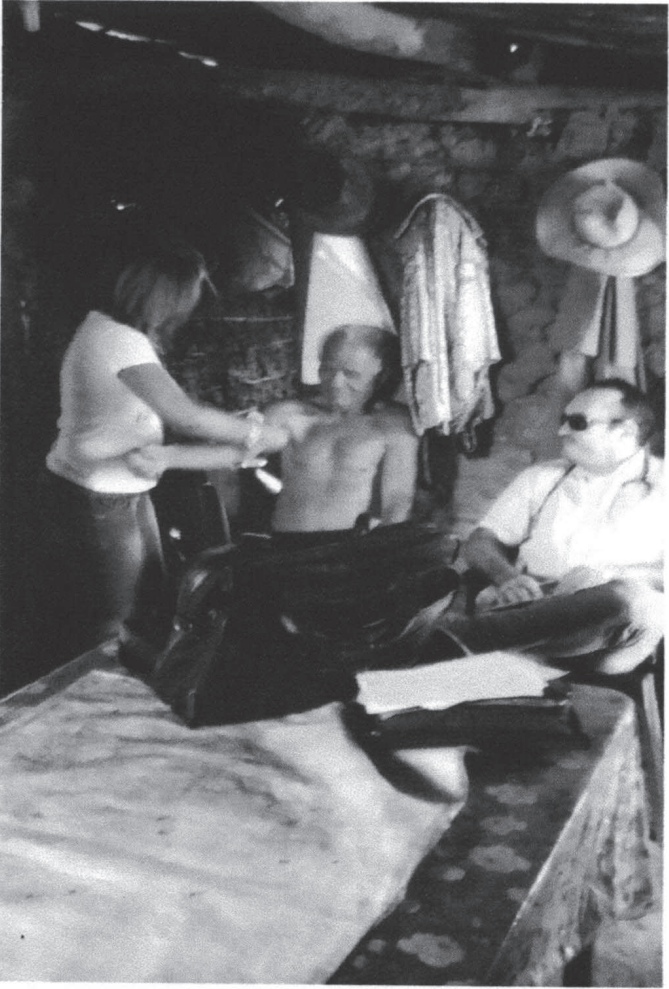
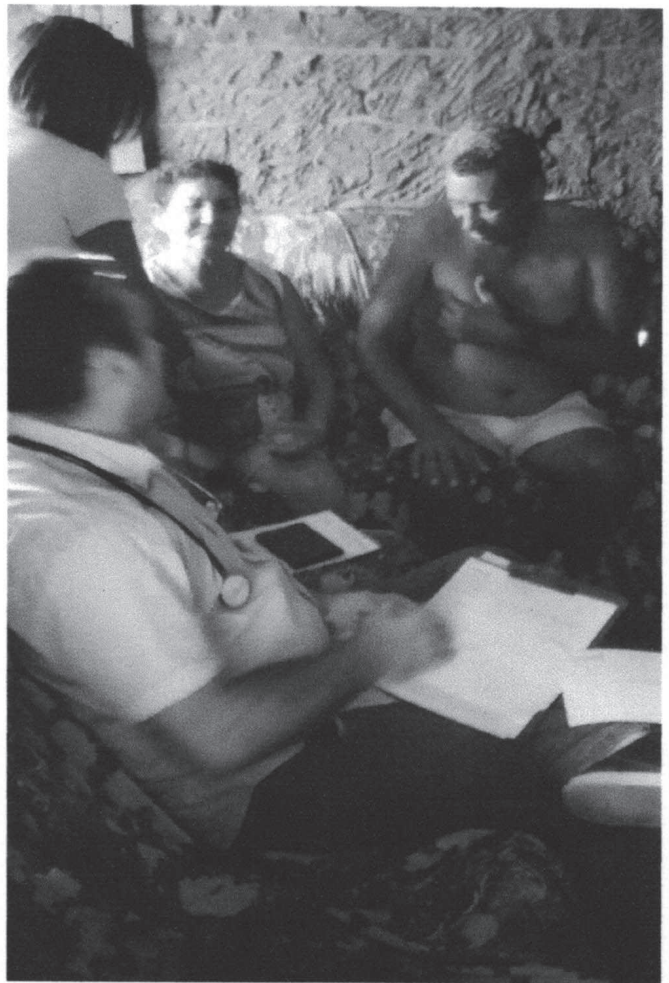
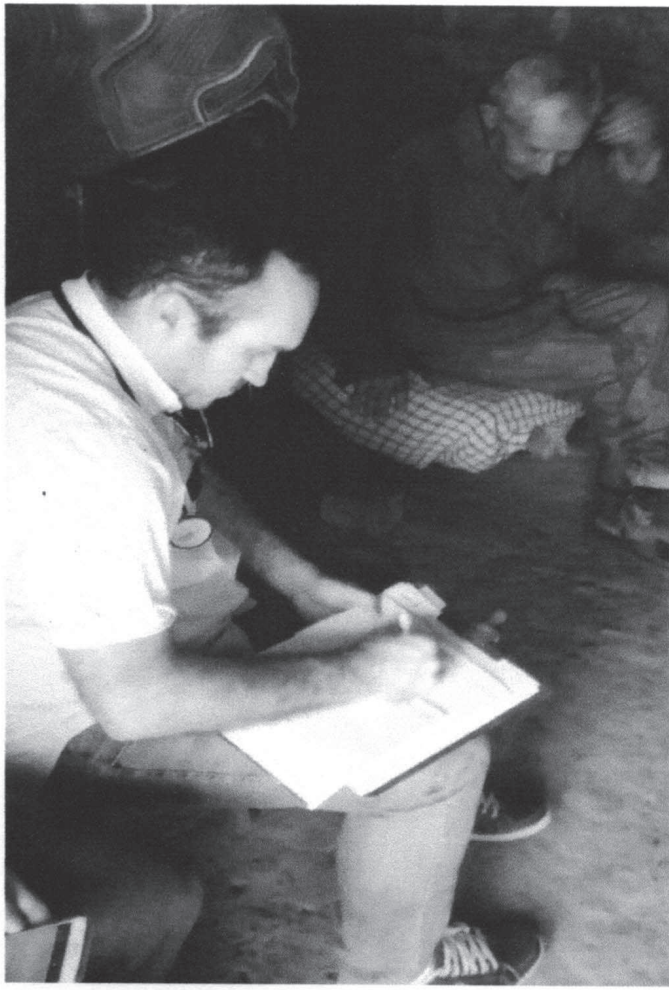
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		
			Liquidadas Até o Bimestre (l)	Inscritas em Restos a Pagar não Processados (m)	% [(l+m) / total(l+m)]x100
Atenção Básica	3.894.000,00	3.908.000,00	3.353.383,88	190.678,01	100,00
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Suporte Profilático e Terapêutico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vigilância Sanitária	8.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vigilância Epidemiológica	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alimentação e Nutrição	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	3.908.000,00	3.908.000,00		3.544.061,89	100,00

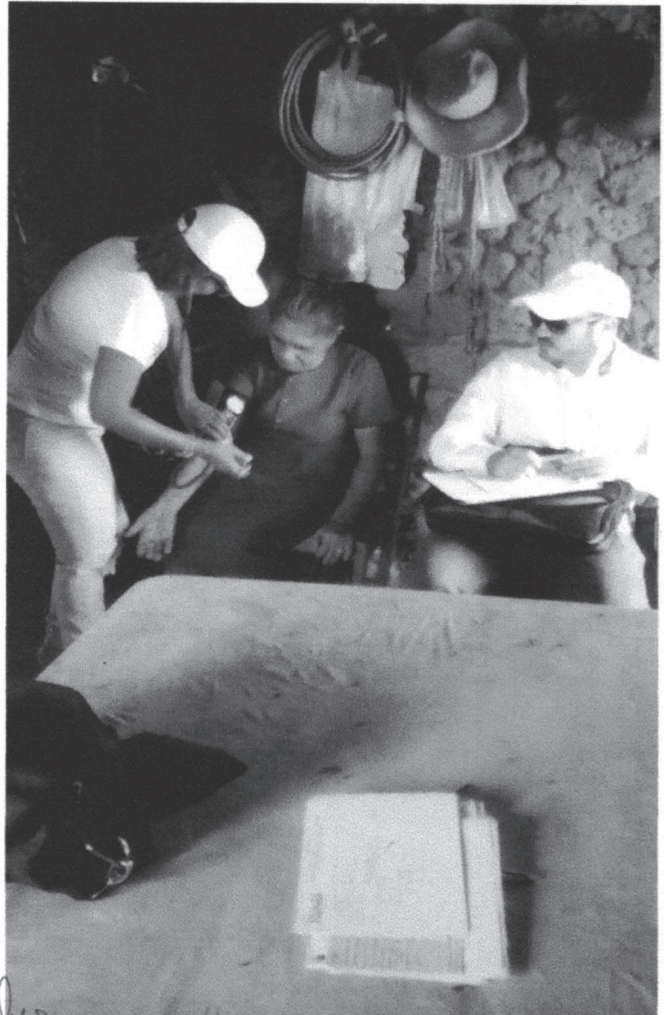
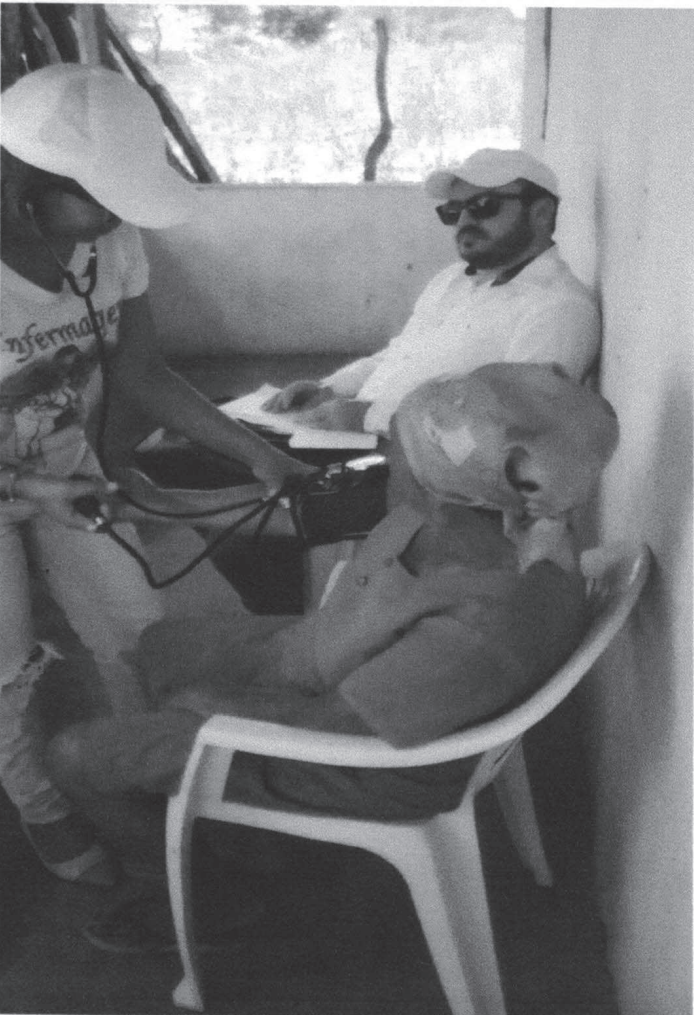
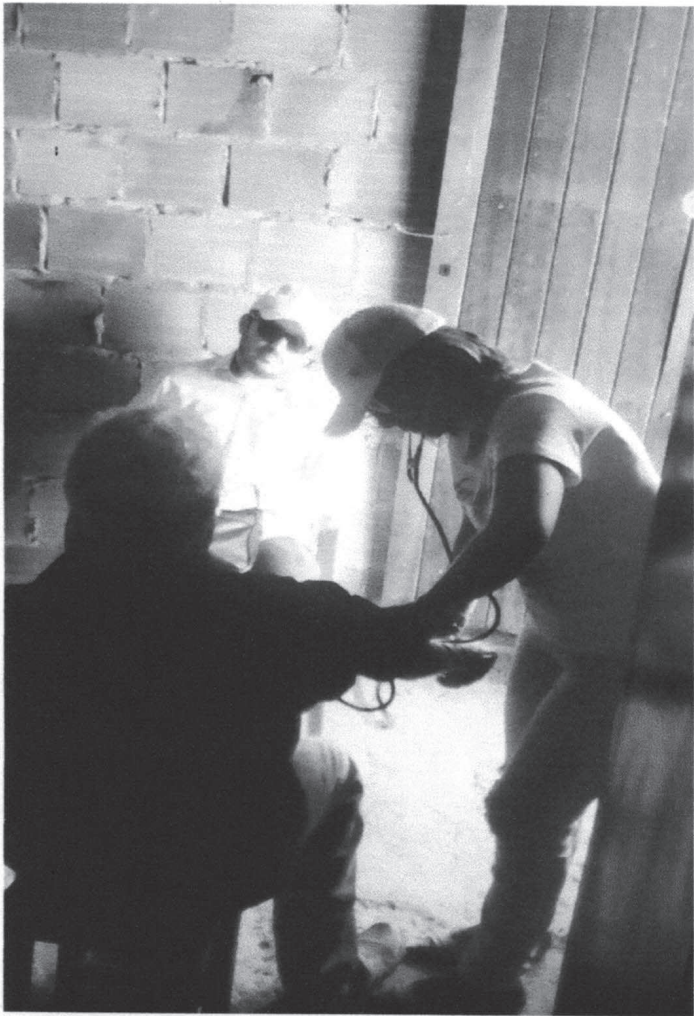
Silvia



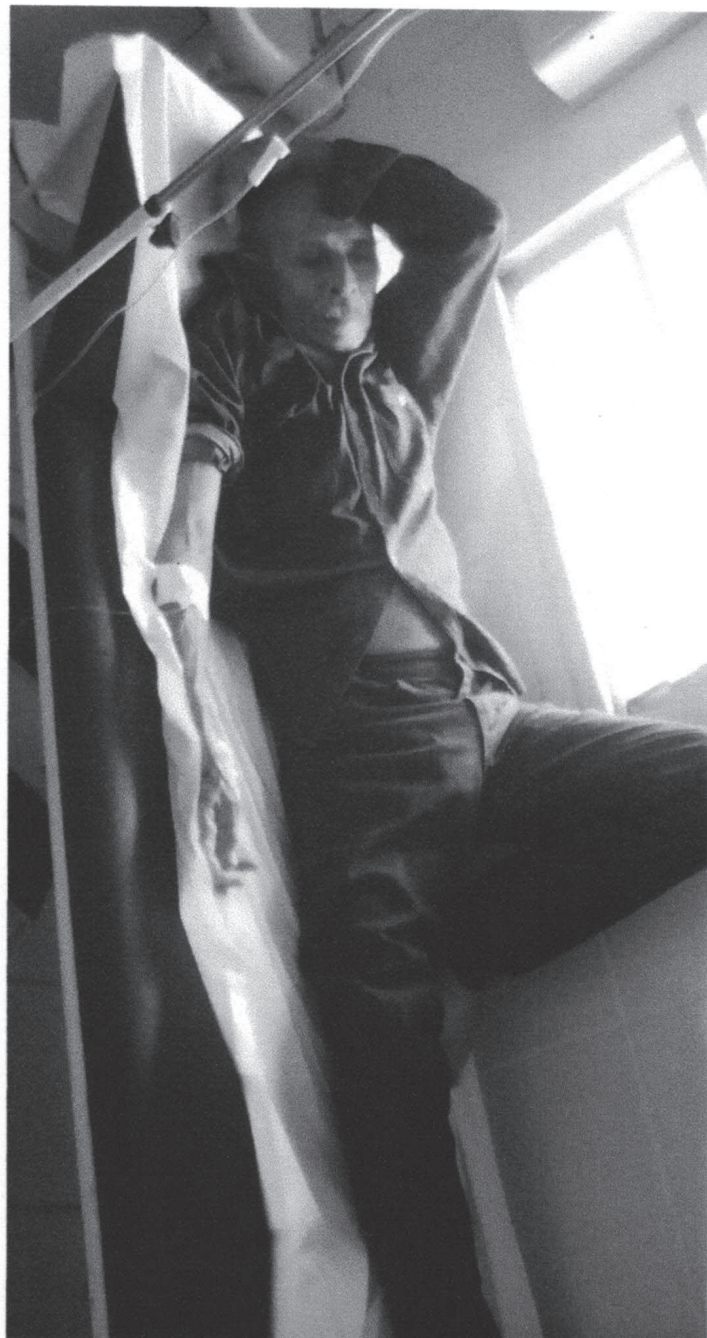
FOTOS ILUSTRATIVAS DE AÇÕES DESENVOLVIDAS

[assinatura]





Handwritten signature or initials.



Silvia

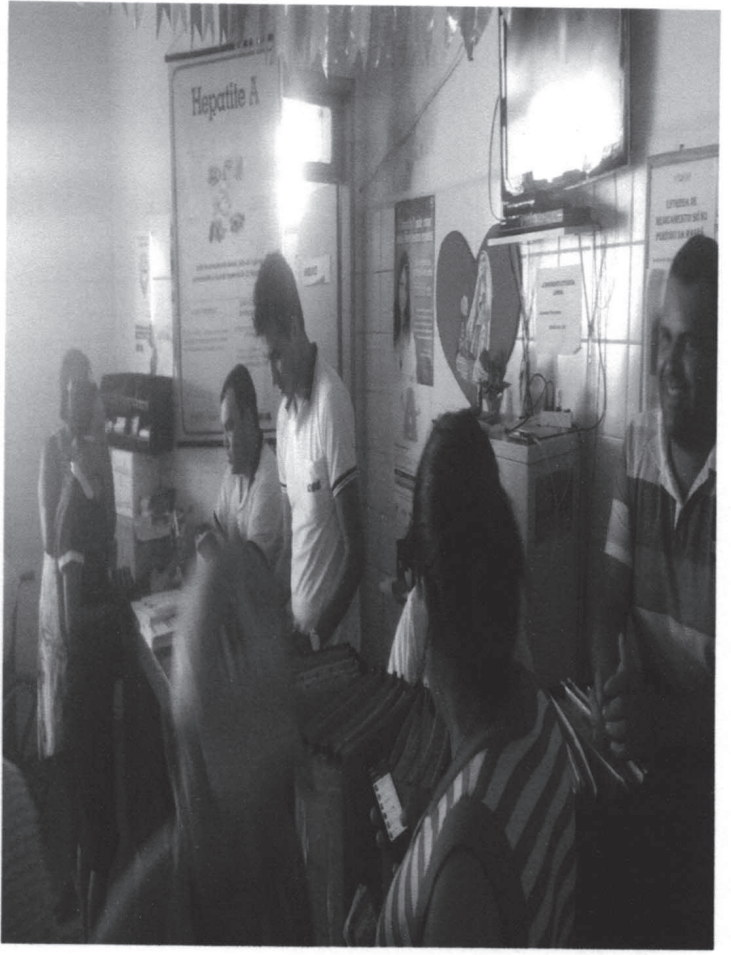
PUERICULTURA



PALESTRA COM AS GESTANTES



Silvia



Silvia

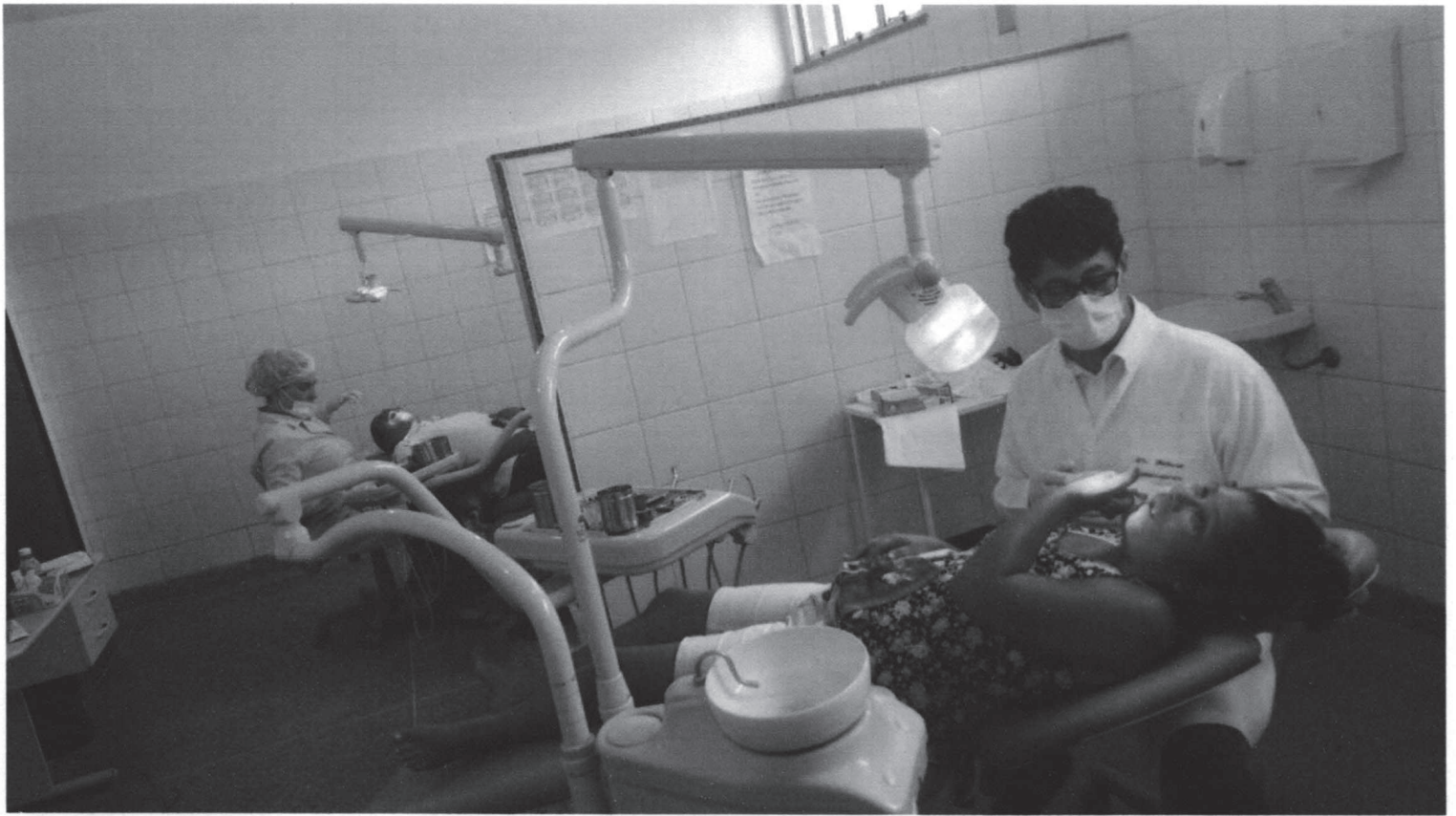
ACOMPANHAMENTO PEDIÁTRICO COM GRUPO DE GESTANTES



Delva



Adelina



Silva

ATIVIDADE COLETIVA DO DIA MUNDIAL EM COMBATE AO TABACO

Município/ Local do Evento: Nossa Senhora de Lourdes/ Escola Estadual Almirante Tamandaré.

Atividade Realizada: Palestra com o tema (Tabagismo e seus males).

Data: 02/06/2017

Público-alvo: Alunos do 7º, 8º e 9º ano do ensino fundamental e 1º, 2 e 3º ano do Ensino Médio.

Faixa etária: a partir dos 12 anos de idade

Palestrante: Médico José Igor

Quantitativo público participante: 100 pessoas

Registro fotográfico:



Silva



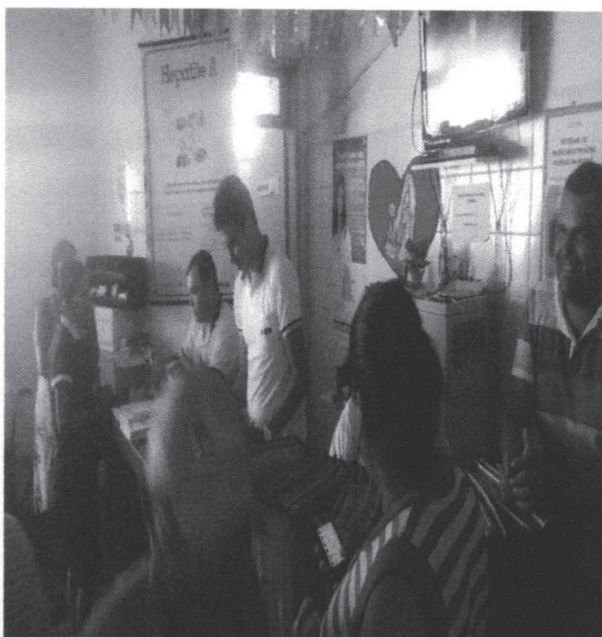
Adriana

I CONFERÊNCIA REGIONAL DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE



Olivia

CONSULTA COM O IOSE



Silvia

CAMPANHA DE VACINAÇÃO CRIANÇA E DO IDOSO



Aduna

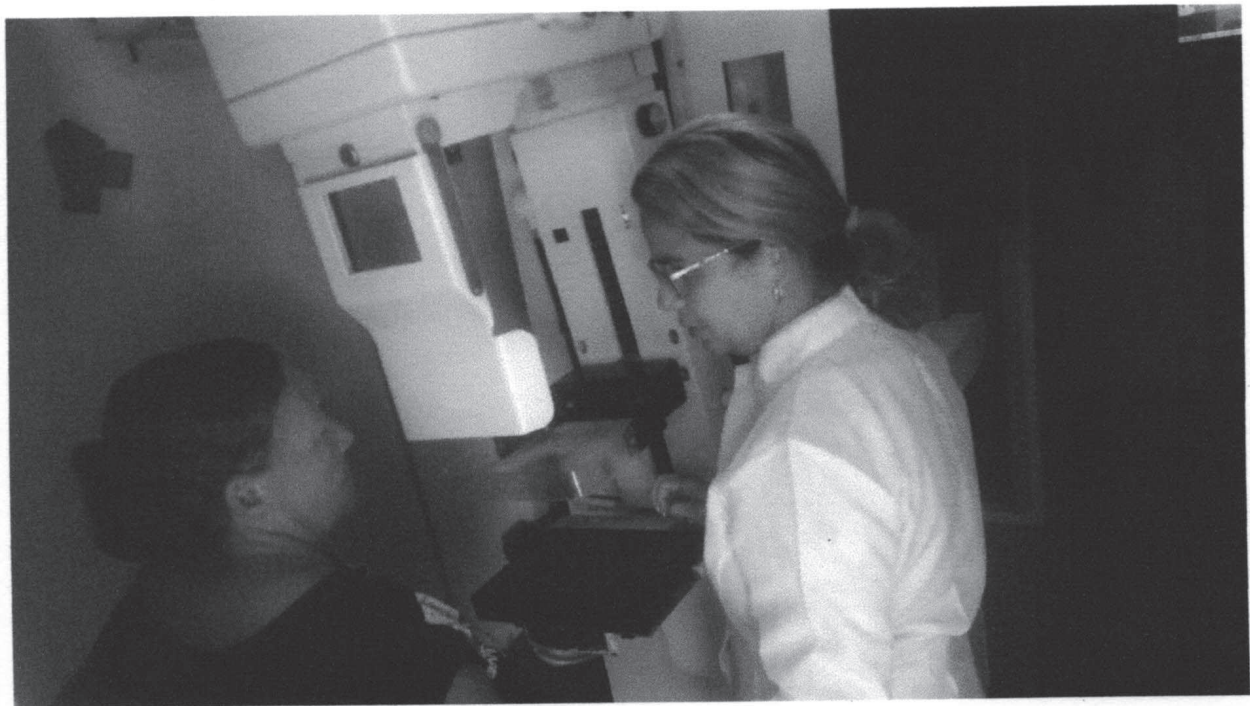


Delua

REALIZAÇÃO DE MAMOGRAFIA (CAMINHÃO AMIGO DO PEITO)

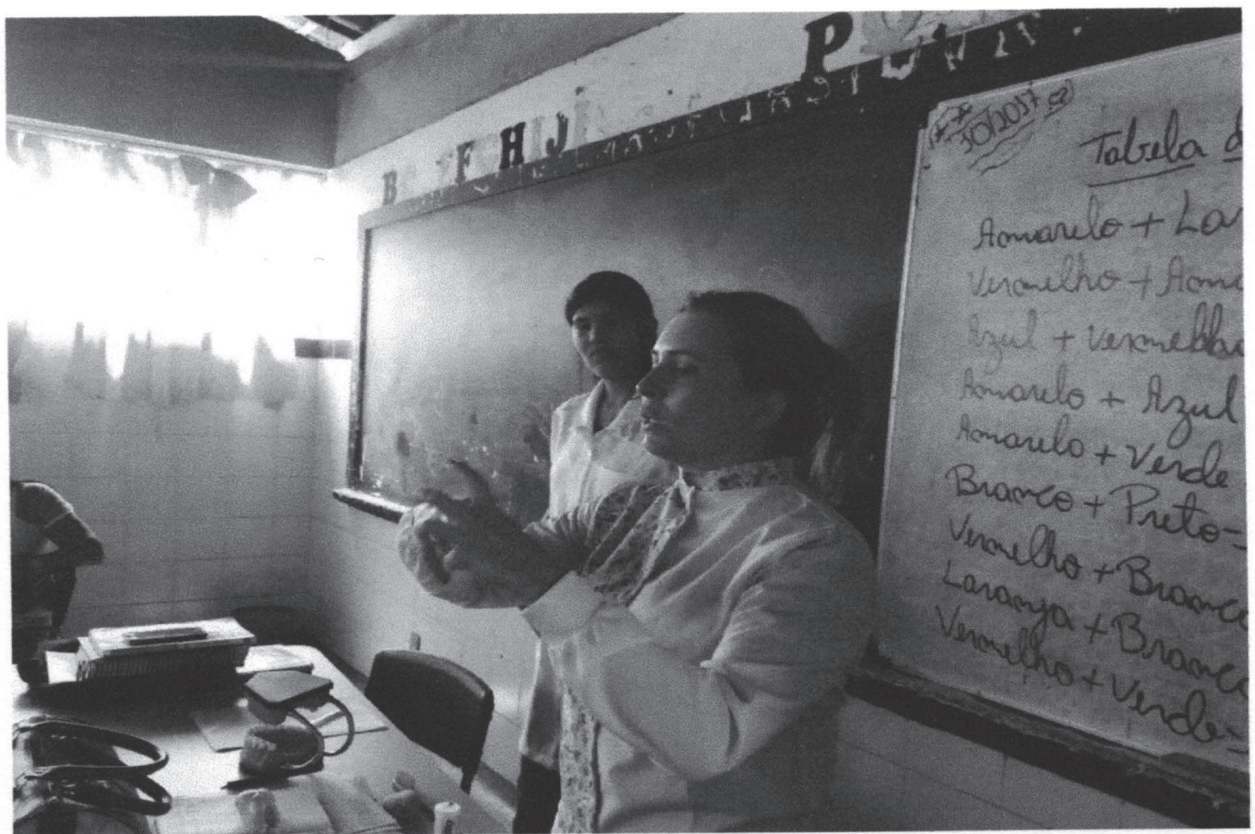


Belua

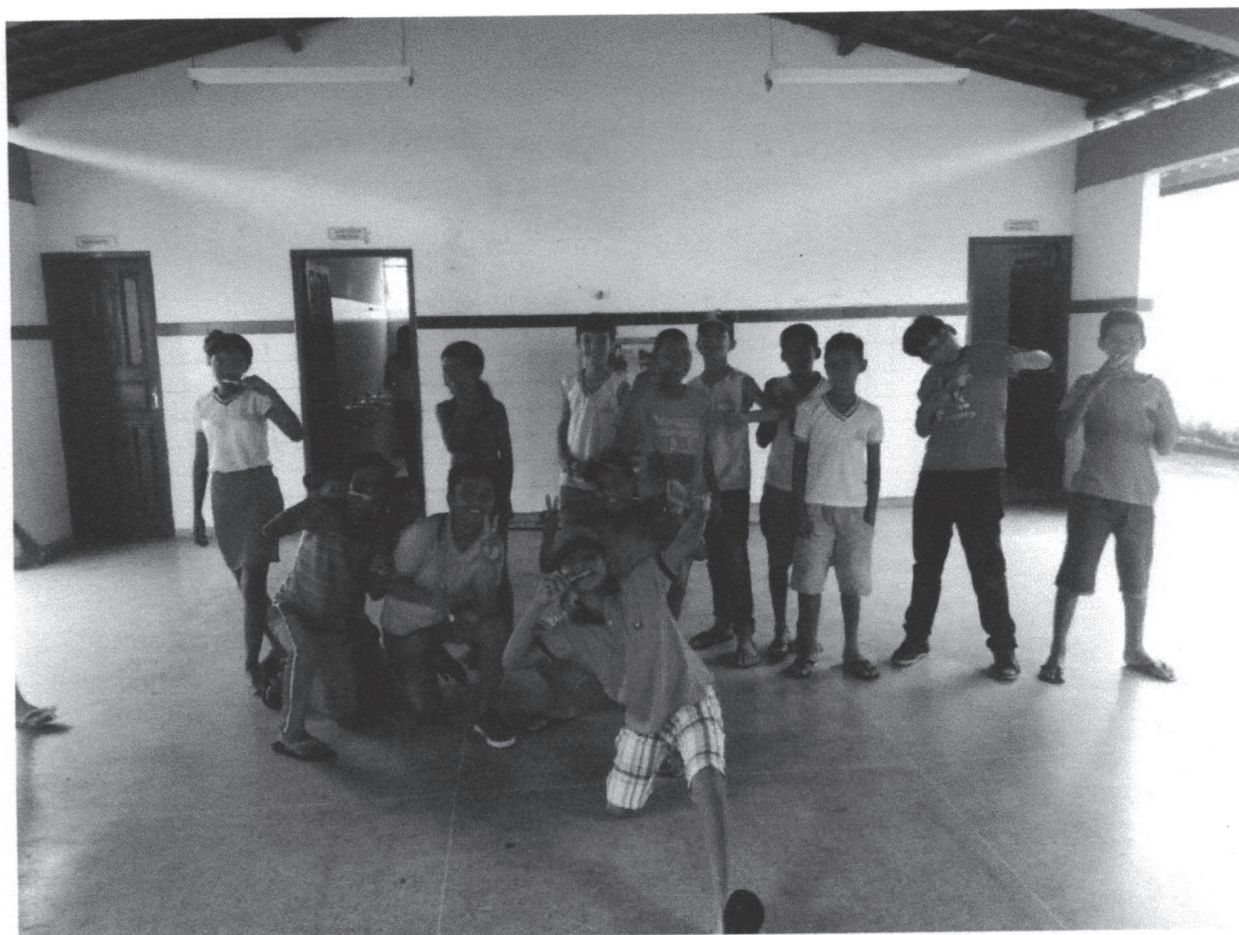
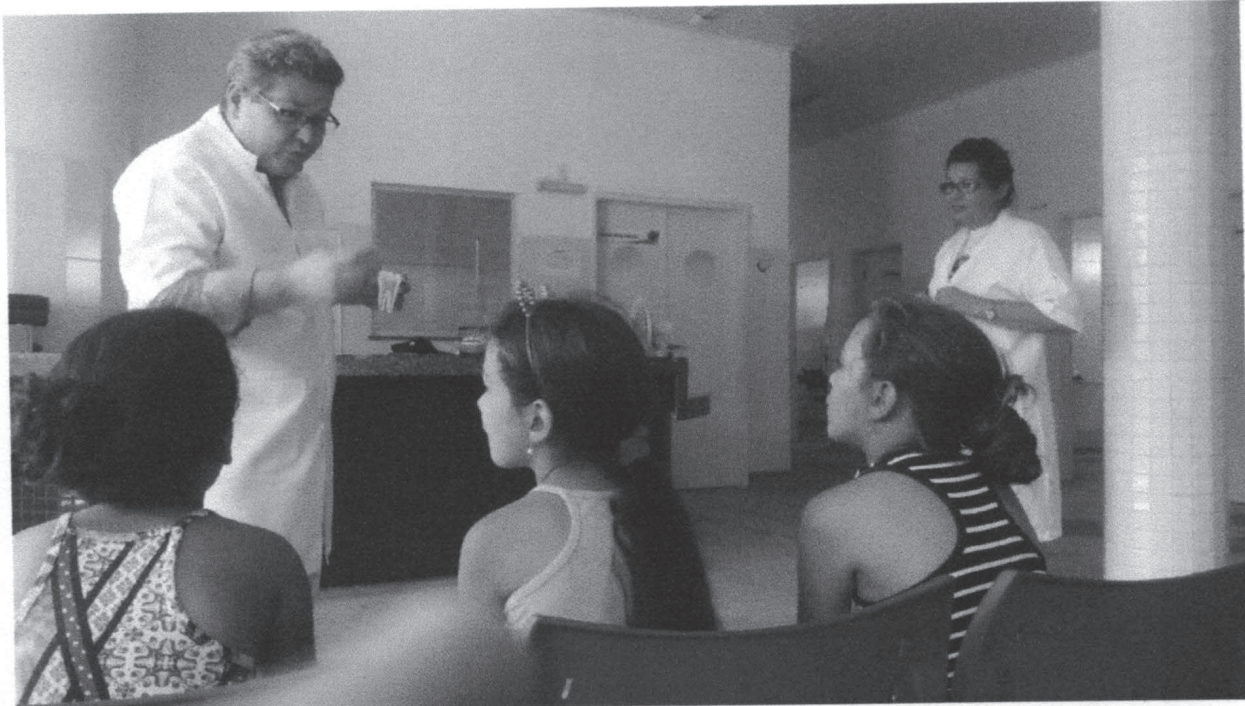


Schur

ESCOVAÇÃO NAS ESCOLAS



Dele



SETEMBRO AMARELO



Salva



Y. Silva

AÇÕES DE COMBATE AO AEDES AEGYPTI



Silvia



GOVERNODO SERGIPE
 SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
 DIRETORIA DE PLANEJAMENTO
 GERÊNCIA DE INFORMAÇÕES E ESTATÍSTICAS

METAS DOS INDICADORES E RESULTADOS PARCIAL /PACTUAÇÃO INTERFEDERATIVA/2017

Nº	TIPO	INDICADOR	META 2017	RESULTADO
1	U	a) Para município e região com menos de 100 mil habitantes: Número de óbitos prematuros (de 30 a 69 anos) pelo conjunto das quatro principais doenças crônicas não transmissíveis (doenças do aparelho circulatório, câncer, diabetes e doenças respiratórias crônicas)	5	7
		b) Para município e região com 100 mil ou mais habitantes, estados e Distrito Federal: Taxa de mortalidade prematura (de 30 a 69 anos) pelo conjunto das quatro principais doenças crônicas não transmissíveis (doenças do aparelho circulatório, câncer, diabetes e doenças respiratórias crônicas)	00	00
2	E	Proporção de óbitos de mulheres em idade fértil (10 a 49 anos) investigados	5	4
3	U	Proporção de registro de óbitos com causa básica definida	91%	80.95%
4	U	Proporção de vacinas selecionadas do Calendário Nacional de Vacinação para crianças menores de dois anos de idade - Pentavalente (3ª dose), Pneumocócica 10-valente (2ª dose), Poliomielite (3ª U dose) e Tríplice viral (1ª dose) - com cobertura vacinal preconizada	100%	100%
5	U	Proporção de casos de doenças de notificação compulsória imediata (DNCI) encerrados em até 60 dias após notificação	85%	N/T
6	U	Proporção de cura dos casos novos de hanseníase diagnosticados nos anos das coortes	95%	100%
7	E	Número de casos autóctones de malária	N/A	N/A
8	U	Número de casos novos de sífilis congênita em menores de um ano de idade	0	0
9	U	Número de casos novos de aids em menores de 5 anos	0	0
10	U	Proporção de análises realizadas em amostras de água para consumo humano quanto aos parâmetros coliformes totais, cloro residual livre e turbidez	70%	113,9%
11	U	Razão de exames citopatológicos do colo do útero em mulheres de 25 a 64 anos na população residente de determinado local e a população da	0,60	0,49

Delva

		mesma faixa etária		
12	U	Razão de exames de mamografia de rastreamento realizados em mulheres de 50 a 69 anos na população residente de determinado local e população da mesma faixa etária	0,19	0,68
13	U	Proporção de parto normal no SUS e na saúde suplementar	66,00	64,95
14	U	Proporção de gravidez na adolescência entre as faixas etárias de 10 a 19 anos	27,00	23,71
15	U	Taxa de mortalidade infantil	1	3
16	U	Número de óbitos maternos em determinado período e local de residência	0	0
17	U	Cobertura populacional estimada pelas equipes de Atenção Básica	100%	100%
18	U	Cobertura de acompanhamento das condicionalidades de Saúde do Programa Bolsa Família (PBF)	96%	96,49%
19	U	Cobertura populacional estimada de saúde bucal na Atenção Básica	100%	100%
20	U	Percentual de municípios que realizam no mínimo seis grupos de ações de Vigilância Sanitária consideradas necessárias a todos os municípios no ano	100%	66,67
21	E	Ações de Matriciamento realizadas por CAPS com equipes de Atenção Básica	N/A	N/A
22	U	Número de ciclos que atingiram mínimo de 80% de cobertura de imóveis visitados para controle vetorial da dengue	5	0
23	U	Proporção de preenchimento do campo "ocupação" nas notificações de agravos	100%	20%

MUNICÍPIO: NOSSA SENHORA DE LOURDES

Universal e Especifico

Belua



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Visando dar mais transparência dos atos da atual gestão, sendo assegurado dessa forma o direito da população, pois, o objetivo maior da gestão do sistema único de saúde é garantir ao cidadão acesso as ações e serviços de saúde, de forma integral, universal, equidade. Neste contexto o secretario de saúde apresenta este relatório, descrevendo as ações desenvolvidas no ano de 2017.

Por isso continuamos trabalhando para que a saúde seja um compromisso de todos para todos. A existência de dificuldade no ano foi presente de todas as formas, com a diminuição de recursos destinados a saúde, porém a gestão firmemente cumpriu as ações mínimas previstas.

Nossa Senhora de Lourdes/SE, 29 de dezembro de 2017

Luizineide Rodrigues da Silva
LUZINEIDE RODRIGUES DA SILVA

Secretária Municipal de Saúde

Luizineide